



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 43/XII-3º/2019-20

1 - Aos 27 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas 21H15, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
(continuação)
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 – Eleição de cidadão para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada
 - 3.2 – Criação de Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da atuação do Executivo Municipal relativamente às alegações de Assédio Moral na Rede Municipal de Bibliotecas de Almada
 - 3.3 - Alteração à Composição das Comissões Permanentes
 - 3.4 – Alteração à Grelha de Tempos do Regimento da Assembleia Municipal
 - 3.5 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada”
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”
 - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação do Município na “Associação AlmaScience – Investigação e Desenvolvimento em celulose para aplicações inteligentes e sustentáveis”
 - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”
 - 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”
 - 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ARU da Sobreda”
 - 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Operação de Reabilitação Urbana Simples da Costa da Caparica. Relatório de Discussão Pública”
 - 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”
 - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”
 - 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Conselho Municipal da Juventude”
 - 3.16 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declarações à data de 31 de dezembro 2019: Compromissos plurianuais; Pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso”
- 2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Ivan da Costa Gonçalves (PS), Vítor Manuel dos Santos Castanheira (PS), José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Maria Luís Casanova Morgado Dias Albuquerque (PSD) e Marina Alexandra Pereira Lopes (PSD).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa (PS), André Macedo Soares Ferreira (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU), Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU), por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano e de Mário José de Sousa Pedroso; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos da Mata; Henrique Bartolomeu de Vilhena Guisado (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria, de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, de Nuno Ricardo Fragoço Dominginhos e de Rita de Almeida Casimiro de Matos Oliveira; Carlos Manuel Costa Botelho de Moura.

4.1.2 – O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Pragal, Cacilhas e Cova da Piedade Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Hélder Roberto Ferreira Lopes.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do senhor Vereador Filipe Pacheco em substituição do senhor Vereador João Couvaneiro, do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do Senhor Vereador José Gonçalves, por impedimento de Rui Jorge Martins, Ana Cláudia Alves Dias; do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Rosário Quintas, Arménia Maria Jesus Santos Leal, António Fernandes Rodrigues e José Pontinha.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Rosário Quintas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para aqueles que não têm acompanhado as nossas intervenções e que até não nos conhecem, importa esclarecer e repetir aquilo que já foi dito. E peço desculpa aqueles que vão ouvir pela 2ª ou 3ª vez, mas importa de facto esclarecer.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dizer que eu sou a ex-autarca do PCP, que fui objeto duma peça caluniosa e vergonhosa da SIC, sobre mim, sobre a CURPIC – Comissão Unitária Reformados Pensionistas e Idosos Charneca de Caparica, e alguns dirigentes com a cumplicidade da Câmara Municipal, particularmente do Senhor Diretor Municipal Mário Ávila.

Os presentes entenderão, certamente, porque só eu tive direito a carimbo político.

Todos os que nos conhecem e conhecem o trabalho da CURPIC, uma instituição da Charneca de Caparica, saberão certamente, entender os motivos políticos que estão por detrás destas notícias.

Há quem não olhe a meios para atingir os seus fins, mesmo que isso penalize uma instituição, amedronte e prejudique os seus utentes, funcionárias e dirigentes.

Seria importante perceber como estas notícias saltam dos departamentos da Câmara Municipal para a comunicação social? Quem fala? Quem diz o quê e a quem? Quem divulga? Não o sabemos, mas os intervenientes sabem.

Estou aqui pela CURPIC, uma instituição dedicada à causa da população sénior há cerca de 35 anos e de um conjunto de dirigentes que dão o seu melhor num trabalho voluntário e gratuito, não havendo na CURPIC um cêntimo gasto em proveito próprio.

No entanto, Senhor Presidente, já somos apelidados ou fomos apelidados, por algumas pessoas, como uma cambada de ladrões, de vigaristas, que roubamos isto e aquilo... em sequência da peça jornalística. Presto aqui a minha solidariedade aos meus colegas de Direção e restantes Corpos Gerentes, mas particularmente, a alguns de nós, que dão o melhor de si, prejudicando a sua vida pessoal, financeira e até profissional. Uma palavra de apreço às funcionárias da CURPIC, que daqui saúdo e aos utentes que são a razão primeira da nossa existência.

Vimos aqui para pedir a vossa solidariedade perante o litígio que temos neste momento com a Câmara Municipal.

E porque houve uma reunião com a Câmara Municipal de Almada, irei abordar os vários pontos dessa reunião:

1 - A Câmara Municipal de Almada, acusa-nos de não termos entregue os comprovativos de compra duma carrinha para a qual tivemos um subsídio.

Entregámos sim. Mas entregámos novamente, duas vezes, três vezes e novamente agora na reunião. A declaração de venda, a fatura da compra, o livrete e a declaração aduaneira da alfândega. É que nós comprámos mesmo a carrinha de 9 lugares!

Era matéria para denúncia numa peça da televisão? Achamos que não!

2 - Fomos acusados também de não ter entregue os comprovativos do projeto do Apoio Domiciliário para o qual recebemos 6250€ (seis mil duzentos e cinquenta euros). Entregámos o relatório e a discriminação das despesas do projeto que nos permitiu ajudar 9 pessoas que tinham sido despejadas e que tinham a rua como local para viver.

Afinal entregámos os documentos que a Câmara Municipal mandou entregar e guardámos, conforme indicações da própria Câmara Municipal os comprovativos para eventuais vistorias. O ridículo é que fomos nós a entregar à Câmara Municipal o mail onde a CMA dá essas indicações!!!

Portanto fomos condenados antes do processo de averiguações terminar.

O Senhor Diretor Municipal achou bem feito ir para a televisão e acusar a instituição. Repito - antes do processo de averiguações terminar.

A Obra da construção da residencial- subsídio

Relativamente a esta matéria a Câmara Municipal apresenta uma série de entendimentos que consideramos incompreensíveis. Relembramos:

- A Câmara atribuiu um primeiro subsídio em 30 dezembro de 2016 por cheque, entregue numa cerimónia pública, definindo aí um prazo de 6 meses para a obra que nunca poderia ser cumprido, visto o espaço ainda



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não ser da Instituição (só o foi em setembro de 2017, nove meses depois, portanto, os seis meses naturalmente seriam ultrapassados);

- A Câmara Municipal deposita, em conta, o segundo subsídio em abril de 2017;

- A Câmara Municipal faz a escritura do espaço em setembro de 2017 e define um novo prazo que, naturalmente, para todos os intervenientes passa a vigorar - 2 anos;

- A partir dessa data a Instituição começa a tratar de todas as formalidades, Segurança Social, Delegação de Saúde, Proteção Civil e Câmara Municipal. Tudo isso implica reuniões, reuniões, reuniões e documentação que a CURPIC vai gerindo conforme o que lhe vai sendo solicitado;

- O urbanismo da Câmara Municipal de Almada define novo prazo de um ano aquando da aprovação do projeto de arquitetura e especialidades (janeiro de 2019, prazo esse que passa então para finais de janeiro de 2020).

Entendemos que os prazos se interligam e completam. Assim não o entendem os serviços técnicos da Câmara Municipal numa interpretação incompreensivelmente redutora na nossa opinião.

Como podem os técnicos da Câmara Municipal entender que a Instituição devia ter recusado o subsídio porque não ia conseguir cumprir o prazo dos 6 meses? Como é que isso era possível?

Sendo assim não seria mais normal e mais fácil para o executivo de então definir um prazo mais dilatado?

E é isso que se costuma fazer? Recusar subsídios? Ou é mais habitual pedir a prorrogação dos Prazos?

E como podem os mesmos técnicos da Câmara Municipal defender que a Instituição deve devolver o espaço e o subsídio e que depois se pode novamente voltar ao princípio, com novo espaço e novo pedido de subsídio.

Então e todo o trabalho já efetuado, o projeto de arquitetura, as especialidades, o dinheiro gasto e tudo mais fica anulado e vai para o caixote do lixo? Vamos supor por breves minutos que já estava a ser construído? Que fazia a Câmara Municipal? Deitava abaixo? Destruía?

Porque não satisfazer o pedido de prorrogação do prazo para o lançamento do concurso público e a construção da obra, feito pelos familiares dos utentes, pelas funcionárias e pela Direção?

Este espaço, ainda que pequeno, vai resolver o problema de onze famílias. Não é isto importante para a Freguesia e para o Concelho?

Assim a CURPIC reafirma aqui, que pretende concretizar a obra em causa, para isso precisa que a Câmara Municipal faça a prorrogação do prazo como naturalmente, se fez para outras obras e até como a própria Câmara faz em obras em que não consegue cumprir o prazo estipulado.

O espaço existe, foram feitos e pagos um conjunto de procedimentos necessários ao longo de vários meses não tem sentido a Câmara Municipal de Almada não prorrogar o prazo para a continuação do processo.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, termino apelando à vossa compreensão.

O espaço existe como já foi referido, o projeto também e está aprovado, foram feitos um conjunto de procedimentos, pedimos à Câmara Municipal esse tempo, pedimos a todos vós a vossa compreensão e solidariedade, pelos utentes, pelos funcionários, pela CURPIC. Por nós também um pouco, mas estamos de saída, há um ano que estamos demissionários. Fizemos já um ato eleitoral e não conseguimos nenhuma direção, vamos novamente repetir. Hoje estamos cá nós, amanhã estarão cá outros, mas a CURPIC está, os utentes também estão e os funcionários.

Apelamos, portanto, à vossa solidariedade e à vossa compreensão.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Arménia Maria Santos Leal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu estou aqui para falar da minha rua, que é na Charneca de Caparica, a avenida Fernando Namora, na Quinta Nova.

Em 2014, sinalizei à Câmara Municipal de Almada, a degradação em que se encontrava aquela zona, nomeadamente os passeios, que devido às árvores que são completamente desajustadas à zona onde estão, rebentaram com todos os passeios, inclusive já se encontram na estrada.

Troquei vários emails, enviei emails à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, portanto, desde 2014 e até agora nada aconteceu.

Sinalizei também uma outra situação, que nós consideramos um flagelo que são os carros abandonados. Enviei email para a GNR e a GNR informa que não é com eles é com a ECALMA. Até agora a ECALMA também nada disse e os carros continuam lá, parece um ferro velho. As pessoas vão ali, depositam os carros e vão-se embora, nada acontece.

Como tal, gostaria que a Câmara Municipal olhasse para aquela zona e tivesse um pouco vergonha daquilo que se está ali a passar. Porque a degradação é muita ali naquela zona. Os passeios completamente rebentados. Já lá caíram pessoas, porque julgo o Senhor Presidente de Junta conhece com certeza a situação. Gostaria que fizessem alguma coisa por aquela zona.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe António Fernandes Rodrigues:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a situação que me traz aqui hoje, é recorrente da penúltima Sessão da Assembleia Municipal, na Escola António da Costa, que é recorrente sobre um pedido de fiscalização da Câmara Municipal, que já data de 29 de agosto de 2017. Portanto, já quase três anos. A questão em causa, Senhora Presidente, essa reunião, ficou em tomar conta do caso e dar uma resposta. A questão que se põe aqui em causa é a seguinte: através de vários emails ao Departamento de Fiscalização, não obtive nenhuma resposta. Na última intervenção que fiz na Assembleia Municipal, a única resposta que tive foi o envio do extrato da ata dessa mesma reunião que eu agradeço, embora eu saiba o que é que lá se passou, mas como é normal os municípios que intervêm receber o extrato da Ata, portanto, eu agradeço imenso. Só que, aquilo que eu pretendia que acontecesse, foi aquilo que não aconteceu, é uma resposta favorável ao pedido de fiscalização que foi feito.

Portanto, eu represento o proprietário e como já foi dito anteriormente, por motivos de saúde e por viver a centenas de quilómetros afastado, portanto Sever do Vouga, não é muito fácil vir para aqui, ainda por cima nas condições em que está, foi intervencionado cirurgicamente há dois anos a um temor, está debilitado e então entregou-me o processo para poder interferir perante a Câmara Municipal, para uma fácil resolução desta situação. A situação em causa, ele chegou a um ponto de dizer que, se a Câmara Municipal não tem meios de resolver a situação, então teremos que ir pelas vias legais. Se tivermos que ir pelas vias legais ele está na disposição inclusive, de não se meter o processo não só contra o proprietário infrator, mas também contra a Câmara Municipal, porque já vai em três anos e a fiscalização tendo conhecimento da situação em causa, nada fez para o resolver.

Portanto, agradecia por este campo, que a Câmara Municipal pudesse dar uma resposta a esta situação.”

5.1.4 – O Senhor Múncipe José Pontinha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às duas intervenções, nós vamos condensar isto numa, até para agilizarmos melhor.

Nós estamos aqui e somos representantes de municípios e moramos no prédio nº 7 da rua dos Castanheiros. Este prédio nº 7 da rua dos Castanheiros, tem desde a sua construção, há vinte e seis anos, algumas vicissitudes, que não vamos abordar aqui, serão objeto de um relatório que apresentaremos depois de expormos a nossa situação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que sucede neste momento é que, temos uma barreira que está construída para suportar uma barreira de terra que inicialmente existia, essa barreira já cedeu junto do prédio nº 9, foi objeto de intervenção por parte da Câmara Municipal nos últimos tempos, e nós debatemo-nos neste momento, no prédio nº 7, com uma circunstância que é muito simples. A água nasce debaixo do nosso prédio. E nasce debaixo do nosso prédio porque, de facto, quando as garagens foram feitas ali e independentemente de toda a fiscalização e todas as vistorias que foram feitas, a água surge por debaixo do solo e faz arrancar todos pavimentos que nós possamos colocar. Mais, está neste momento a afetar as infraestruturas do ponto de vista dos aços que são necessários para as fundações, e nós vimos solicitar aqui em nome dos munícipes, mas também em nome de todas as pessoas que moram naquela zona confinada, vimos solicitar que, para além de resolvermos os problemas que temos no nosso prédio, que isso é obvio que será intervenção dos condóminos que terá que ser assegurada, necessitávamos também de uma ajuda do ponto de vista técnico e necessitávamos alertar porque, parece-nos a nós que, isso pode ser uma questão até de relevância do ponto de vista da Proteção Civil. Parece-nos. Obviamente que não tenho competência técnica para o fazer, mas é nesse sentido que alerto e gostaria de alertar todos, desde os Senhores/as Deputados/as Municipais ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, à Senhora Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores/as Vereadores/as, para que possamos de alguma forma apresentar o dossiê, apresentar todas as questões que são neste momento mais urgentes de resolver, porque de facto, nós não podemos fazer obras num prédio e recuperar aquele prédio, basta dizer que por exemplo, neste momento tenho fissuras dentro de casa já com perto de 4 e 5 mm, porque aquilo vai cedendo, e de facto, nós para fazermos obras naquela parte exterior, e na parte interior, necessitamos também de trabalhar a sustentabilidade do próprio edifício.

É nesse sentido que pedimos o vosso apoio, é nesse sentido que gostávamos de alertar para esta situação, e é também nesse sentido que agradecemos o tempo que nos dispensaram.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção da Senhora Munícipe Rosário Quintas da CURPIC, eu volto a dizer, qualquer situação delicada de uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, que tenha a seu cargo pessoas idosas, que preste um serviço social, seja com pessoas idosas, seja com crianças, seja com outros, preocupa obviamente, e muito, a Câmara Municipal.

Esta questão da CURPIC tem-nos preocupado há vários meses. E, há vários meses, que a Câmara Municipal tem tentado resolver, junto da CURPIC, esta situação depois de um historial longo de colaboração da Câmara Municipal e da CURPIC para a resolução. Foi isso que aconteceu e é isso que tem estado a acontecer, com a maior das naturalidades. Relembro de facto, a última reunião de Câmara, onde a Senhora Munícipe Rosário Quintas veio acusar a Câmara Municipal de não estabelecer diálogo, quando a própria CURPIC tinha pedido para adiar uma reunião. Portanto, estas coisas também têm que ser ditas, Senhora Rosário Quintas. Mencionou aqui variadíssimos apoios, alguns que não estão sequer em causa, e relembro que sobre este processo, o que aconteceu, como tem acontecido noutros casos e sempre com a maior das descrições e sempre com a maior das disponibilidades, sempre que nos temos deparado com dificuldades ou inconformidades, a Câmara Municipal tem estado sempre e todos os serviços e os serviços sociais muito em particular, têm estado sempre disponíveis para ajudar todas as IPSS,s, desde que a solução seja resolúvel. E aí entramos noutro capítulo, inclusivamente porque estas IPSS, como sabem, e neste caso a CURPIC também, não têm que prestar contas apenas à Câmara Municipal, mas também a outras instituições nacionais importantíssimas como a Segurança Social.

Portanto, eu vou ter a delicadeza, de não vir aqui trazer questões que devem ser tratadas nos serviços, com os serviços, e não porque não há aqui nenhuma decisão política, não venho aqui expor a situação da CURPIC no seu detalhe e as dificuldades que tem, por uma questão de respeito para com a Instituição e para com os



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trabalhadores da Instituição e para com os utentes. Agora, há uma coisa que eu não posso aceitar e que a Senhora Rosário Quintas já por várias vezes acusou. Acha que a melhor defesa é o ataque e faz um ataque direto considerando que isto é um ataque político. Pois deixe-me aqui rejeitar categoricamente, essas suas acusações. Quem começou por atacar politicamente, foi a própria Senhora Rosário Quintas, ao vir acusar Vereadores eleitos de participarem em reportagens da televisão, que está escrito (peço desculpa, se não sabe o que escreveu é melhor reler o que escreveu), vir acusar os eleitos, depois como percebeu que não pode acusar eleitos acusa agora o Diretor Municipal e deixe-me desiludi-la, não! O executivo da Câmara Municipal não controla a Comunicação Social, nem pretende controlar e mesmo que o pretendesse seria um esforço vão, eu já estou nesta vida há muito tempo, para perceber que todos aqueles que pretendem controlar a Comunicação Social, sai-lhes muito caro. Portanto, Senhora Rosário Quintas, não, não foi a Câmara Municipal, não foram os serviços da Câmara Municipal, que por razões políticas andaram a encomendar reportagens. Peço desculpa de a desiludir, não foi e não será nunca. Primeiro porque nunca o faremos, por uma questão deontológica, democrática e também de postura política e por outro porque aqueles que tentam fazê-lo, pagam muito, muito caro esse facto.

Portanto, lamento mais uma vez que tenha trazido aqui este caso. Agradeço, no entanto, as informações que deixou, não sei o que deixou. Agradeço o ter citado que a reunião teve lugar, houve uma auditoria em curso, a questão está a ser analisada, está a ser vista com todo o cuidado, e acredite, espero sinceramente, por todos, e sabemos que estão à procura de uma nova direção, mas muito pelos trabalhadores e trabalhadoras da CURPIC e muito pelos utentes, espero sinceramente, que a CURPIC possa resolver os seus problemas que se arrastam já há muito tempo.

Relativamente à Senhora Múncipe Arménia Santos Leal. Agradeço a chamada de atenção que fez, relativamente a esta reclamação. Irei verificar esta questão da reclamação feita, aliás, a Senhora Vereadora Francisca Parreira, que está ao meu lado, as duas tomamos nota da questão e no final até poderemos ir falar consigo.

Relativamente aos carros abandonados, tem toda a razão. O WEMOB ex-ECALMA tem feito um esforço. A quantidade de carros abandonados é tal, que neste momento estamos com um problema muito concreto, que é de arranjar um terreno suficientemente grande, onde depositar todos os veículos abandonados que depois têm que ser escoados. Estamos a falar de anos, de não recolha de veículos. Temos que arranjar esse espaço que é um espaço temporário, já estava previsto um espaço que depois infelizmente não foi possível concretizar, estamos neste momento à procura de outro espaço para poder fazer uma recolha global das muitas centenas de carros que estão abandonados, que é para ver se a partir daí, nas instalações que temos conseguimos ter um ritmo normal e regular da recolha de carros. É verdade que neste momento, às vezes a dimensão do problema é tão grande que atrasa a sua resolução. E é importante, encontrar grandes soluções para grandes problemas de modo a permitir depois um tratamento regular. Tem razão, há muitos carros abandonados, apelo aqui a todos aqueles que têm veículos abandonados ou que pensam um dia abandonar veículos, que não o façam. Mas é verdade, é um problema que temos em mãos, é um problema que estamos a trabalhar e que eu espero muito em breve, que possamos fazer a tal recolha em massa de todos os veículos abandonados.

Relativamente ao Senhor Múncipe António Rodrigues. Senhor António Rodrigues eu vou pedir imensa desculpa, mas peço-lhe que me recorde, depois noutra altura, o objeto da sua reclamação. Eu estive a ouvir com toda a atenção, estivemos a ver aqui com a Senhora Vereadora, lamento não consegui. Mas, vou pedir a alguém do meu Gabinete que vá falar consigo e que veja qual é o objeto para eu lhe poder dar uma resposta. Neste momento não consigo.

Por fim, o Senhor Múncipe José Pontinha. Também agradecer o alerta que nos dá. O que posso dizer é que de facto iremos enviar lá a fiscalização, até ao nível da Proteção Civil se for necessário, poderemos falar também, agradeço o alerta, os serviços irão contactá-lo para percebermos melhor e o mais importante é poder fazer-se uma visita ao local.”

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No dia 14 de janeiro deste ano, a reportagem da SIC que a Senhora Múncipe Rosário Quintas aqui referiu, começou e a dada altura surge no rodapé, “IPSS da Charneca investigada”. E depois em letras mais pequenas: “anterior executivo da Câmara Municipal de Almada, que era comunista, atribui um subsídio de 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros) a IPSS liderada por ex autarca do PCP”. Na sequência dessa reportagem, são produzidas afirmações pelo Senhor Diretor Municipal Mário Ávila, que eu na altura assumi como irresponsáveis. E irresponsáveis porque a Senhora Múncipe pode não poder acusar Vereadores, não sei, não sei quais são as limitações que a democracia nos impõe neste momento, mas creio que pode. Não podendo ela, posso eu. E posso eu enquanto Deputado Municipal dizer que entendo que esta matéria deve ser alvo de atenção desta Assembleia Municipal, porque eu não gosto de estar em casa a assistir ao telejornal e ser surpreendido com uma notícia deste teor.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal diz que, já há vários meses que a Câmara Municipal tem tentado resolver esta questão e que não vai trazer aqui questões, nem expor, mas o Senhor Diretor Municipal, levou todas estas questões e expô-las na reportagem da SIC. E isso a meu ver é inadmissível. Eu reuni com esta Instituição esta semana. Eu tive acesso e creio que estarão agora também distribuídos por todos, acesso a documentos que me levantam muitas dúvidas sobre o que se passou naquela reportagem. E, assim sendo, eu acho que nós temos duas Comissões Permanentes, a primeira ou a quinta, que se devem debruçar seriamente sobre esta questão. Devem convocar a Instituição, devem convocar o executivo e devem convocar o Senhor Diretor Municipal e todos eles devem sentar-se a nossa mesa e connosco conversarem, não estou a dizer em simultâneo, mas cada um à sua vez. E, portanto, é bom que tenhamos noção que a vida das pessoas, depois podemos fazer discursos muito bonitos, agora houve aqui de facto um ataque político. Houve. Se a reportagem foi encomendada ou não, não me vou pronunciar sobre isso, não me interessa. Agora que houve coisas ali ditas que foram tremendamente graves. Houve.”

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, a nossa total disponibilidade para responder a qualquer pergunta que qualquer dos Senhores/as Deputados/as Municipais queira formular sobre qualquer das matérias. Portanto, basta pedir, e tanto o executivo como qualquer serviço, estarão sempre disponíveis para prestar esclarecimentos a qualquer Senhor/a Deputado/a Municipal, sobre seja qual for a matéria.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, para continuação da reunião de dia 26 de fevereiro.

6.1 – Usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, a propósito da saudação que a CDU propõe a esta Assembleia Municipal, dirija aos trabalhadores da ECALMA/WEMOB, pela luta que travam em defesa da melhoria das suas condições salariais e de trabalho, queremos nós, a CDU, expressar a nossa verdadeira estupefação, pelo facto, de passados praticamente dois anos e meio de mandato, a Senhora Presidente ainda não ter sabido libertar-se de alguns fantasmas que a perseguem do passado, e necessitar de forma recorrente, justificar aquilo que é incapaz de fazer com aquilo que alegadamente a CDU não fez.

A CDU não resolveu o problema de fardamento dos trabalhadores da ECALMA no passado? Se não resolveu, foi julgada por esse facto. Mas a Senhora Presidente foi eleita precisamente para resolver esse e outros problemas e a verdade é que não os resolve. Desculpa-se muito, mas não os resolve. E esses problemas acontecem agora, não acontecem no passado. E é agora que eles não encontram resposta.

Ainda sobre esta matéria e sobre os aumentos salariais dos vencimentos mais baixos da Empresa Municipal que a Senhora Presidente ontem garantiu, que tinham acontecido entre 2019 e 2020, gostaríamos que a Senhora Presidente da Câmara nos dissesse, quantos trabalhadores da Empresa Municipal, beneficiaram desse aumento salarial? E gostaríamos igualmente, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos informasse, se os



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aumentos salariais que referiu, se ficaram a dever a alguma opção gestonária da Empresa Municipal ou a outra razão. Designadamente, por hipótese, o aumento do valor do Salário Mínimo Nacional decretado pela Assembleia da República.

Uma nota final ainda, sobre a questão da transferência de competências que ontem aqui foi também trazida.

O PS Almada e a Senhora Presidente da Câmara Municipal têm o verbo fácil para criticar, por vezes de forma muito áspera, aqueles que criticam este processo de transferência de competências, a forma como nasceu e a forma como está a ser conduzido. E é este mesmo PS de Almada, que não segue sequer as decisões do seu próprio Governo. Que hoje mesmo, decidiu adiar a transferência de competências nas áreas da saúde, ação social e educação, deveria tomar a mesma decisão relativamente a todas as restantes áreas, para o primeiro trimestre de 2022, como noticia, o Jornal Economico na sua edição de hoje. Será caso para dizermos, que em Almada tem uma versão PS que é mais papista que o Papa.”

6.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, aqui também vou descansá-lo. Os trabalhadores da ECALMA/WEMOB têm fardamento. Estamos a falar de novos fardamentos, com nova marca. Portanto, eu às vezes tenho alguma dificuldade em entender a abrangência das suas intervenções. Até parece que os trabalhadores da WEMOB não tinham fardamento, que os Senhores não tinham resolvido. Deixe-me descansá-lo, o anterior executivo não tinha deixado os trabalhadores sem fardamento. Portanto, todos os trabalhadores tinham fardamento e agora estão a ter novos fardamentos. E, portanto, não sei que problemas é que os Senhores não resolveram, os Senhores lá saberão, melhor do que eu, noto que reconhecem que não resolveram problemas, mas também permita que lhe diga que a atual Administração da Empresa está a resolver problemas.

Relativamente aos aumentos. Eu volto a dizer, os aumentos que foram feitos na Empresa, foram muito acima dos aumentos do Salário Mínimo Nacional, muito acima. Aliás, na negociação com os sindicatos, o que os sindicatos vinham pedir era um aumento mais ou menos ao nível do Salário Mínimo Nacional que foi estipulado e bem, em boa hora, e a Administração propôs mais. Que eu saiba, esses aumentos em dois anos não foram estes 70€ (setenta euros). Mas lá chegaremos.

Por fim, talvez pudesse ter ouvido várias vezes as minhas intervenções ou os comentários que faço, está a falar com a pessoa errada, eu fiz um comentário na televisão, onde achei que era necessário rever o prazo. E sempre tive abertura por parte do Partido Socialista tanto de Almada como a nível nacional, para refletirmos essa questão. Portanto, o que foi dito ontem aqui pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, é que nos espantávamos com a preocupação do adiamento por parte de forças políticas que são contra o processo, agora, que o PS Almada, como executivo, sempre se pronunciou, sempre dissemos na primeira hora e continuaremos a dizer, que só aceitamos as competências que estivermos em condições de cumprir. E, portanto, é esse o compromisso. Eu volto a reiterá-lo aqui, perante todos, perante as Câmaras, para quem nos está a ouvir na sala e em casa. A Câmara Municipal de Almada assumirá competências que, sempre que, tem capacidade de assumir. Portanto, estamos na fase de negociação dos dois dossiês mais importantes, saúde e educação, e eu considero que em boa hora, tivemos também uma reunião com a Senhora Ministra, essa questão foi suscitada e foi suscitada por mim e por muitos outros autarcas a dizer: cuidado, os diplomas regulamentares atrasaram-se na sua saída, o tempo de adaptação ao processo encurtou, importa dar aos Municípios o tempo necessário para negociarem e se prepararem. Portanto, estejam descansados, não sei se somos mais papistas do que o Papa, embora o Papa atual seja de facto uma boa referência.”

6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero precisar duas questões.

A primeira, é de que a Senhora Presidente da Câmara não respondeu à pergunta sobre quantos trabalhadores da ECALMA beneficiaram do aumento salarial e a segunda é: ontem a Senhora Presidente de Câmara disse



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

expressamente, nesta reunião, que os trabalhadores tinham sido aumentados de 585€ (quinhentos e oitenta e cinco euros) para os 635€ (seiscentos e trinta e cinco euros), eu noto aqui apenas que os 635€ (seiscentos e trinta e cinco euros), é exatamente o valor do Salário Mínimo Nacional fixado pela Assembleia da República.”

6.1.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para dizer que todos os trabalhadores da ECALMA tiveram aumentos, uns maiores, outros menores e que sobre esta última questão, foram 80% dos trabalhadores da Empresa que foram abrangidos pelos números que dei ontem. E que, o Salário Mínimo Nacional é de 600€ (seiscentos euros). Eles não são Administração Pública, como sabe.”

6.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação dos documentos, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.1 – O documento “espaço de acolhimento temporário” foi aprovado por unanimidade;

6.2.2 – O “voto de repúdio pelos atos racistas no futebol” foi aprovado por unanimidade;

6.2.3 – O documento sobre transferências de competências para as autarquias locais foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind) e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias e 1 abstenção do eleito do CDS-PP;

6.3.4 – O voto de saudação “luta dos trabalhadores da Ecalma/WeMob” foi rejeitado por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 18 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind). Verificando-se um empate na votação o Senhor Presidente da Assembleia, nos termos legais e regimentais, exerceu os eu voto de qualidade, contra.

6.3.5 – O voto a moção “sextas feiras pelo futuro ... mãos à obra” foi aprovado por unanimidade;

6.3.6 – A moção/deliberação “não ao racismo” foi aprovada por unanimidade;

6.3.7 – A moção/deliberação “saudação ao XXVII Congresso da ANAFRE” foi votada ponto por ponto:

6.3.7.1 – O conjunto do documento com exceção do ponto 1 da parte deliberativa foi rejeitado por maioria com 20 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 17 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind);

6.3.7.2 – O ponto 1 da parte deliberativa foi aprovado por maioria com 36 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.8 – A moção/deliberação “saudação ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março” foi aprovada por unanimidade;

6.3.9 – A moção “saudação à greve feminista internacional de 8 de março” foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

6.3.10 – O voto de saudação “pelo reforço de mais 40% do transporte rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa” foi votado ponto por ponto:

6.3.10.1 – O conjunto do documento com exceção dos parágrafos 2º e 6º foi aprovado por maioria com 32 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), e 5 abstenções, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind).

6.3.10.2 – O 2º parágrafo foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 5 abstenções, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind).

6.3.10.3 – O 6º parágrafo foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind) e 18 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind).

6.3.11 – A moção “instalação de semáforos com contagem regressiva” foi aprovada por unanimidade;

6.3.12 – A moção “por um melhor serviço prestado pela TST aos utentes” foi aprovada por unanimidade;

6.3.13 – A moção “em Almada, Eutanásia, Não” foi rejeitada por maioria, com 33 votos contra, sendo 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), 1 abstenção de eleito do Grupo Municipal do PSD e 3 votos a favor, sendo 1 de eleito do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind).

6.3.14 – O voto de saudação, “saudação às medidas públicas inscritas no OE 2020, de reforço do papel do poder local” foi aprovado por maioria com 14 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN, 10 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

(Ind) e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind) e 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.3.13 – A saudação “campanha de sensibilização “tão Almada como tu” distinguida com o prémio Arco-íris 2019 foi aprovada por unanimidade.

6.4 – Declaração de voto por escrito do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à presente Moção aprovada na Assembleia Municipal de Almada o CDS-PP tem o seguinte entendimento:

O Governo do Partido Socialista há cerca de um ano implementou na grande área metropolitana de Lisboa em consonância com os municípios, a introdução de um passo mensal a custos controlados com a finalidade de promoção dos transportes públicos na grande Lisboa, tentando diminuir o transporte individual em detrimento dos transportes públicos com objetivo não só de desanuviar financeiramente as famílias tal como diminuir consideravelmente a emissão de gases poluentes na atmosfera.

O CDS-PP perante esta matéria, desde o seu início, entende que a medida pensada com a finalidade de implementar os considerandos em cima mencionados, foi colocada em prática de forma precipitada sem ter em conta os condicionantes negativos que poderiam advir de uma medida implementada com intuítos eleitoralistas e imediatos.

Mais entende o CDS-PP que uma medida que beneficia as famílias e traz dividendos ao nível do ambiente e descongestionamento do tráfego automóvel, tirando a questão financeira, só acabou por trazer problemas acrescidos com a falta de equipamento e material circulante tal como alguma incerteza ao nível das participações financeiras junto das várias empresas que entraram no modelo de passe único com um único custo para os utentes.

As filas de espera aumentaram devido ao grande aumento de passageiros para os vários transportes públicos aos quais em Almada teve repercussão no transporte fluvial já de si e como é do conhecimento público, muito de gradado e com graves problemas, o transporte rodoviário que aumento radicalmente o número de utentes e o transporte ferroviário no caso da Fertagus que viu a sua lotação quadruplicar diminuindo com isso a prestação da qualidade do serviço de excelência a que todos estávamos habituados.

Posto isto, é fundamental e urgente que se comece a pensar e sobretudo, a agir de forma célere e programada no investimento e na criação de um plano integrado e conjunto na grande área metropolitana de Lisboa.

Com o aumento considerável de passageiros os vários meios de transporte têm de dar resposta em segurança, em comodidade e em assiduidade sob pena de termos muito em breve o reverso da medalha do que se queria implementar e proteger e perder-se para sempre essa luta de incentivar e conquistar o cidadão a largar o transporte individual para passar a usar o transporte público.

Assim, melhores transportes públicos são necessários reforçando o seu papel e o seu investimento.

O CDS-PP vê com bons olhos o lançamento do concurso público internacional pela Área Metropolitana de Lisboa para a aquisição do serviço público de transporte rodoviário de passageiros estabelecendo um aumento superior a 40% face aos serviços atuais, no valor de 1,2 milhões de euros.

Perante este desafio o CDS-PP não pode estar de acordo com o pretendido pelo Governo, contudo, relembra que nos últimos 4 anos de Governo do Partido Socialista com a complacência de Bloco de Esquerda, Partido Comunista, Partido "Os Verdes" e PAN, muitas promessas foram deixas em vão e por concretizar nas áreas dos transportes como foi o caso da Transtejo e da CP onde acumularam-se ao longo dos últimos quatro anos muitas queixas e degradação do material circulante e da qualidade dos transportes para além das dívidas.

O desafio agora lançado através do presente concurso deverá encher de esperança os utentes que aspiram há muito por melhores transportes públicos com segurança, comodidade e com assiduidade ao mesmo tempo que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

possam chegar a mais lugares tornando a mobilidade e as acessibilidades mais próximas dos cidadãos cumprindo o seu papel no que diz respeito a este direito que assiste ao cidadão.

Segundo afirmação no "Voto de Saudação" ao Governo apresentado pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada, "esta medida vai de encontro do compromisso apresentado pelo PS perante os cidadãos em desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, que promova o seu acesso, uma maior eficácia energética e a adoção de energias limpas, tendo em vista tanto a redução do uso do veículo próprio, como a promoção da descarbonização", não seja mais uma promessa em vão ou em cima de eleições implementada de forma precipitada sem salvaguardar os verdadeiros interesses dos cidadãos.

Em relação à Moção do PS na Assembleia Municipal de Almada saudando o Prémio Arco-íris 2019 atribuído denominado "Tão Almada como Tu", o CDS-PP não pode também deixar de saudar o município pela campanha orquestrada pela câmara municipal com o objetivo de sublinhar o direito igualdade alertando para a necessidade de por termo a discriminações entre as pessoas tendo em conta a sua cor, a religião, a sua idade, a sua orientação sexual e que teve a colaboração de muitas instituições e entidades do concelho de Almada que apoiaram e promoveram a iniciativa da Câmara Municipal de Almada através de várias plataformas.

A criação de uma sociedade mais justa, mais livre, mais igualitária, sem preconceitos e com oportunidades para todos foi o mote da campanha da Câmara de Almada ao qual o CDS-PP não pode ficar indiferente apoiando a mesma.

A Moção apresentada além de saudar a campanha tinha como finalidade saudar o reconhecimento da Instituição ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay Bissexual e Transgénero, ao qual o CDS-PP não fará neste espaço qualquer consideração perante o Prémio atribuído à Câmara Municipal de Almada que entende ser merecido.

Apesar desse mérito, o CDS-PP distancia-se de qualquer posição de fundo, ideológica ou prática, manifestada e seguida pela entidade ILGA Portugal, nomeadamente na promoção à denominada Identidade de Género de qual o CDS-PP é total e frontalmente contra."

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a eleição do cidadão Pedro Miguel Folião Nunes, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

7.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A razão da introdução deste ponto na agenda de hoje, prende-se com o facto de uma das representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estar prestes a concluir o seu mandato, não sendo já possível renová-lo por ter atingido o limite de renovações que a Lei permitia. É a Senhora Maria José Batista, representante da Assembleia Municipal na CPCJ, e a proposta que é presente à Assembleia Municipal, é eleger o cidadão Senhor Pedro Miguel Folião Nunes, para ocupar esse lugar vago. Portanto, a votação como se trata de votação de pessoas, é por voto secreto, isto sem prejuízo de que, se algum ou alguma dos Senhores/as Deputados/as Municipais quiser usar da palavra para se pronunciar sobre a proposta pode fazê-lo."

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação secreta, tendo a proposta sido aprovada por 34 votos a favor e 3 votos em branco, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada elegeu, por voto secreto, o cidadão Pedro Miguel Folião Nunes para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em representação da Assembleia Municipal de Almada, ao



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

abrigo do artigo 17º, al. l) da Lei nº 147/99 de 1/9, com a redação dada pela Lei nº 142/2015 de 8/9, e dos artigos 91º e ss do Regimento.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da Ordem do Dia relativa a apreciação e votação da criação de Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da atuação do Executivo Municipal relativamente às alegações de Assédio Moral na Rede Municipal de Bibliotecas de Almada.

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o proponente, Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foram feitas várias intervenções em várias Assembleias Municipais e creio que também em reuniões de Câmara, se a memória não me está a falhar, sobre esta questão. Há cartazes espalhados em frente a vários pontos da Rede Municipal de Bibliotecas de Almada, e eu creio que nós, em boa consciência e enquanto membros desta Assembleia Municipal, temos a responsabilidade de avaliar, de facto, esta situação. Nesse sentido, eu apresentei a proposta e ou é falha minha ou a proposta não foi distribuída. A Proposta da constituição da Comissão, é que não a tenho nos meus documentos e eu enviei uma proposta com proposta da constituição da Comissão.

7.2.2 – Na discussão usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos, sugerindo uma alteração à composição da Comissão. Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais Carlos Guedes (Ind) e António Pedro Maco (CDS-PP) a Senhora Presidente da Câmara.

7.2.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, a proposta foi distribuída por via digital, como é assumido pela Assembleia Municipal, a não ser que os Senhores/as Deputados/as Municipais queiram o contrário, é por uma questão até de cultura ecológica.”

7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista vê a criação desta Comissão com alguma estranheza. A função dos Senhores/as Deputados/as Municipais na Assembleia Municipal é acompanhar o trabalho da Câmara Municipal de Almada, em todas as suas questões, incluindo esta questão que está aqui a ser levantada. Qualquer Deputado/a Municipal, que faz parte desta Assembleia Municipal, pode fazer um requerimento à Câmara Municipal e solicitar informação adicional sobre o que se está efetivamente a passar. Parece-nos igualmente que estando ainda a decorrer averiguações por parte do Município, é um pouco extemporânea a existência desta Comissão. De qualquer forma, não queremos ser acusados de estar a obstaculizar a descoberta do que eventualmente se possa estar a passar. Portanto, não vamos obstaculizar à criação da dita Comissão.

No entanto, parece-nos que a composição desta Comissão é um pouco desequilibrada. E, portanto, face aquilo que é a representatividade dos vários grupos parlamentares aqui na Assembleia Municipal, a proposta que nós temos para fazer, relativamente à proposta que foi apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, é de que a Comissão tenha três representantes do Partido Socialista, três da CDU, dois do PSD, dois do Bloco, um do PAN e um do CDS-PP, mais dois Independentes que se constituem como assistentes sem direito de voto.”

7.2.2.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PS propõe aquilo que entender, mas a regra na nossa Assembleia Municipal, é que nas Comissões se busca o consenso possível e que havendo discordância, essa discordância é apresentada no Plenário e é o Plenário que decide. Mas penso que isso não é o fundamental da proposta.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu ia fazer a proposta de incluir a Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, porque na altura em que isto começou eu ainda não tinha conhecimento da sua saída do Grupo Municipal do PSD.

Agora, causa-me alguma estranheza que uma proposta feita por mim, seja feita uma sugestão de me incluir na Comissão sem me dar direito a voto. Há aqui qualquer coisa que é mais ou menos dar um brinquedo a uma criança e a seguir não o deixamos brincar com ele. Não.”

7.2.2.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obviamente a palavra do Presidente da Mesa aqui, é uma palavra apenas de apoio à decisão dos Senhores/as Deputados/as Municipais.

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, eu repito aquilo que disse na sequência da intervenção do Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos, o voto não é um recurso que tenha sido utilizado desde sempre nas Comissões Permanentes. As Comissões Permanentes elaboram relatórios, para os quais transferem os consensos e os dissensos e esses relatórios são apresentados na Assembleia Municipal e é a Assembleia Municipal que havendo necessidade disso, vota. Isto aqui por uma questão prática, porque se quisermos refletir numa Comissão a composição da Assembleia Municipal, tínhamos de reproduzir a Assembleia quase toda e, portanto, a Comissão ficava completamente impraticável e, portanto, a solução encontrada, já há mais mandatos do que este, foi que as Comissões não votam, buscam no fundo a sistematização dos factos, e depois havendo necessidade de votar é o Plenário que o faz. E, portanto, eventualmente essa questão pode ser eliminada e escusa de criar aqui algum ruído. Está à consideração dos Senhores/as Deputados/as Municipais.”

7.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar indicação que o CDS-PP, não obstaculiza, antes pelo contrário a criação desta Comissão Eventual e aceitar a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista.”

7.2.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para esclarecer dois aspetos que me parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, obviamente a Câmara Municipal estará como sempre esteve, disponível para prestar todas e quaisquer esclarecimentos que os Senhores/as Deputados/as Municipais entendam, sob forma que entendam. Quero, no entanto, referir que, até agora, de facto, não tivemos nenhum requerimento de nenhum Senhor/a Deputado/a Municipal a pedir esclarecimentos sobre essa matéria.

Em segundo lugar, dar nota e este aspeto parece-me fundamental, de tal como já foi dito nesta Assembleia Municipal e também em reunião de Câmara, houve denúncias, houve uma primeira averiguação interna para se perceber qual seria o âmbito, porque as denúncias que tivemos eram extremamente vagas. E, portanto, houve uma primeira averiguação interna para se perceber qual era o âmbito da matéria e que neste momento está a decorrer um inquérito. Como tal, até ao fecho do inquérito, nós teremos muito pouca possibilidade de prestar o esclarecimento devido dado que o executivo não pode prestar esclarecimentos sobre um inquérito que desconhecemos e do qual não vamos interferir obviamente até à sua conclusão.

Dar esta nota, os Senhores/as Deputados/as Municipais são absolutamente livres de tomarem a decisão. Quero deixar desde já a nota que, até à conclusão do inquérito da parte do Executivo, poderemos comparecer aquilo que chamarem, sempre que os os/as Senhores/as Deputados/as Municipais desejarem nós lá estaremos, mas as informações que poderemos passar, neste momento são muito reduzidas até à sua conclusão.”



7.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, vamos por partes. Eu sou membro desta Assembleia Municipal, e há dois, três meses, fiz uma questão no período da Atividade Municipal sobre esta matéria. A Senhora Presidente esgotou o tempo, mas pediu à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira para me vir responder à parte. Eu não sou obrigado a fazer um requerimento sobre uma pergunta que já fiz em Assembleia Municipal que me foi respondida. Agora, que tenha havido esta habilidade na sequência da proposta de criação da Comissão que eu fiz, de ser criado um inquérito interno para uma questão que o executivo ... É uma habilidade sim, é uma habilidade porque os Senhores tinham conhecimento da proposta da Comissão, e de repente criam uma comissão de inquérito para uma questão que afirmavam não conhecer. Porque afirmaram várias vezes, não terem conhecimento desta matéria. E foi com base nessas respostas que foram dadas, que eu avancei com a proposta desta comissão e as respostas que me foram dadas foram: o executivo não tem conhecimento formal sobre nenhuma queixa. E, a partir do momento em que a proposta da Comissão aparece e eu agora repito, habilidosamente, é criada uma Comissão de Inquérito para dar desculpa de não poderem dar resposta na Comissão que nós queremos aprovar aqui hoje. Lamento.”

7.2.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, eu sei que a posição de um Independente é muito difícil, é preciso dar nas vistas. Mas Senhor Deputado Municipal, acalme-se, acalme-se.

Em primeiro lugar, repito, integralmente aquilo que lhe disse, até à data de hoje, não tivemos nenhuma queixa formal sobre a matéria em causa. Ponto um.

Em segundo lugar, se tivesse feito uma pergunta à Câmara Municipal, nós poderíamos lhe dar as datas exatas da abertura do inquérito. E aí qualquer suspeita de manipulação perversa da nossa parte, para o desautorizar na sua iniciativa, cairia imediatamente por terra. Para ser sincera, que eu saiba, o Senhor Deputado Municipal, propôs isso a semana passada, eu penso que estamos há mais de um mês em inquérito. Portanto, eu posso lhe enviar o meu despacho se quiser. Portanto, terei todo o gosto em enviar-lhe o meu despacho para apaziguar a sua alma inquieta.”

7.2.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É que difícil mesmo não é ser Deputado Independente, difícil é lidar com tentativas de me ensinarem a mim a desempenhar o meu cargo. Por muito difícil que seja Senhora Presidente, não lhe admito nem a si nem a ninguém, não lhe admito que me tente dizer de que forma eu devo exercer o meu mandato. Sabe porquê? Porque eu estou sozinho, sou independente sim, mas não paro, não paro. Quando as pessoas precisam, eu vou lá. Vou lá e falo com elas. Por muito difícil que seja e sem assessores. E sem assessores. Agora, não admito de facto, que me tente ensinar a desempenhar o meu mandato, porque eu não a tento ensinar a si a desempenhar o seu. Eu não lhe digo que deveria ter feito isto ou ter feito aquilo. E não lhe admito que me diga a mim, que eu deveria ter feito. Não. Eu fiz uma pergunta em Plenário desta Assembleia Municipal, que é um direito meu, consignado na Lei, fui eleito para aqui estar. E, portanto, fiz a pergunta, a pergunta foi-me respondida e Senhora Presidente, não foi há uma semana, foi em dezembro.”

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra a verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, de acordo com o artigo 87º do Regimento, aprovou a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da atuação do Executivo Municipal relativamente às alegações de Assédio Moral na Rede Municipal de Bibliotecas de Almada com a seguinte composição: 3 do Grupo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal da CDU, 3 do Grupo Municipal do PS, 2 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do BE, o eleito do PAN, o eleito do CDS-PP, o Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e a Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa.

Fixar um prazo de 120 dias para a elaboração pela comissão de um relatório a apresentar à Assembleia Municipal.

7.2.4 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu atrevia-me a fazer um alerta enquanto Presidente e espero não ser mal-interpretado por nenhum dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais. Esta Comissão no exercício do mandato que recebe agora da Assembleia Municipal, tem de levar em consideração as várias competências envolvidas e, portanto, exercer as competências nos termos que a Assembleia Municipal o pode fazer. Portanto, é esse o meu apelo e é isso que terá de ser acompanhado por todos os Senhores/as Deputados/as Municipais.”

7.3 – Entrou-se nos pontos 3.3 e 3.4 da Ordem do Dia relativa a alteração das Comissões Permanentes e alteração à Grelha de Tempos do Regimento da Assembleia Municipal.

7.3.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, informando que elas resultam de consensualização na Conferência de Representantes, sendo votadas em separado.

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como têm presente, já um tempo atrás, passou a existir mais uma Senhora Deputada Municipal Independente. Há uma alteração da composição da Assembleia Municipal e essa alteração da composição da Assembleia Municipal tem de ser refletida na composição das Comissões Permanentes e na grelha de tempos. Portanto, foi distribuído aos Senhores/as Deputados/as Municipais propostas nesse sentido, basicamente no que diz respeito às Comissões Permanentes. A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa, passa a ter possibilidade de integrar três Comissões como já acontecia com o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, e também os outros Senhores Deputados Municipais que são únicos representantes de partido, no caso do PAN e do CDS-PP. E a proposta de grelha de tempos, é uma proposta que adapta a grelha a esta nova circunstância mantendo a filosofia anterior e tem aqui uma particularidade para a qual eu chamo a atenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal. Reforça o tempo da Senhora Presidente da Câmara no período de intervenção do público, passa de oito minutos para doze minutos, por iniciativa dos Representantes das forças políticas presentes na Conferência de Representantes.”

7.3.2 – Na discussão usaram da palavra Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind), a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, o facto de haver Deputados ou Deputadas Municipais que deixam de integrar um Grupo Municipal, não os torna menos Deputados do que os outros. Mantêm-se como Deputados, foram eleitos, não perderam nenhum dos seus direitos enquanto Deputados Municipais. Ora, eu aprecio imenso que os Senhores Membros da Conferência de Representantes onde isto foi decidido, tenham decidido dar mais tempo à Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder aos Municípes. Continuo sem entender, porque é que, sendo eu e a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa Deputados Municipais Independentes, Deputados únicos, como os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco e Artur Alfama, porque é que o nosso tempo não é igual ao deles? Porque nós não perdemos direitos. Nós integramos quando somos eleitos de forma voluntária os Grupos Municipais que são constituídos, os Grupos Municipais constituem-se de acordo com o entendimento de cada um, e, portanto, o facto de nós termos menos, a maior parte das vezes menos um, dos, três, quatro ou cinco minutos do que os outros Deputados Municipais, representantes únicos de partido, a mim não me faz sentido. E, nesse sentido, a manter-se esta proposta, eu votarei contra, pouco me servirá, mas aprecio muito



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que tenham dado mais tempo à Senhora Presidente da Câmara Municipal, nós que somos membros da Assembleia Municipal, mantemo-nos mudos e quietos, vimos isso no ponto anterior, eu proponho um ponto para a ordem de trabalhos e dão-me dois minutos para falar. Lamento.”

7.3.2. 2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, se me permite, dar o seguinte esclarecimento:

O entendimento corrente nas Assembleias Municipais e também o entendimento na Assembleia da República, é que estamos a falar de coisas diferentes quando falamos de Deputados Municipais únicos representantes de partido, que são Deputados que se apresentaram a eleições com base num programa e com base nesse programa. Foram eleitos e têm a legitimidade que resulta do voto popular nos programas que apresentaram e nos partidos que representaram. Este entendimento não é meu, é um entendimento partilhado, pode ser contraditado obviamente com todo o direito. Mas, achei que devia apesar de tudo, reproduzi-lo aqui.

Um Deputado que é eleito numa lista de um partido e que abandona o partido, tem toda a legitimidade política e legal para permanecer na Assembleia Municipal, mas a natureza é uma natureza diferente do Deputado único eleito pelo partido que representa. Portanto, é esse o entendimento corrente e também é entendimento corrente na Assembleia da República e no conjunto das Assembleias Municipais de que eu tenho conhecimento, que havendo grelhas de tempos, as grelhas de tempo refletem essa diferente natureza. E, portanto, foi esse o entendimento que também foi consensualizado na Conferência de Representantes. Portanto, obviamente, esta proposta está a votação. De qualquer modo, relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, aquilo que eu tenha a dizer, é que esta proposta não altera o que já existia anteriormente. E, portanto, relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, não há alteração nenhuma. Existe uma novidade para a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa, a quem foi aplicado o mesmo critério que tinha sido definido para o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes. “

7.3.2. 3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu continuo a estar aqui eleito com o mesmo número de votos com que fui eleito, e continuo a defender o mesmo programa pelo qual fui eleito. E o facto de ter passado a independente não me retira direitos, temos entendimentos diferentes, isso é evidente. Agora, eu não deixo é de apreciar a ironia, de no mesmo momento em que damos mais tempo à Senhora Presidente da Câmara Municipal, continuamos a tratar de forma diferenciada membros desta Assembleia Municipal que são todos de pleno direito e todos no sentido igual e eu não posso aceitar, aceitei no momento inicial, neste momento sinto-me no direito de questionar, porque é que eu e a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa não temos o mesmo tempo que o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama do PAN e o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco do CDS-.PP.”

7.3.2. 4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, eu acho que não há vantagem nenhuma em eternizar esta questão. Mas só uma última nota, o tempo que é atribuído aos Senhores/as Deputados/as Municipais Independentes, é muito superior ao tempo dos Grupos Municipais da CDU e do PS, se dividirmos o tempo do Grupo pelos Deputados que o constituem. E, portanto, há aqui uma diferenciação positiva para as unidades de intervenção mais reduzidas que existem nesta Assembleia Municipal, é uma matéria que pode sempre ser aperfeiçoada, mas também tem algum sentido que obrigatoriamente me compete aqui sublinhar.”

7.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero agradecer aos Senhores/as Deputados/as Municipais esta atribuição de tempo a mais, pelo que eu entendi, fui surpreendida aliás, pela proposta, trata-se de tempo para podermos responder às intervenções dos munícipes. Há muito tempo de facto, que tínhamos vindo a falar dessa questão, por vezes há muitas intervenções de munícipes, o tempo muitas vezes é escasso, ainda ontem, tivemos cerca de doze intervenções, por acaso eram muitas sobre o mesmo assunto, mas podem ser de assuntos muito diversos. E, portanto, dar aqui uma palavra de agradecimento a esta Assembleia Municipal por este aumento de tempo para esclarecimento aos Senhores/as Munícipes.”

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra a verificado o quórum passou-se à votação:

7.3.3.1 – A proposta de alteração das Comissões Permanentes foi aprovada por unanimidade, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 26º, nº 1, alínea c), do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 77º do Regimento da Assembleia Municipal, delibera alterar a composição das Comissões Especializadas Permanentes, nos seguintes termos:

Tendo em conta a necessidade de alterar a composição das Comissões Permanentes em consequência de existirem dois Deputados Municipais independentes, integrando a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa três Comissões Permanentes, conforme foi entendimento da Conferência de Representantes na sua reunião de dia 6/2/2020, sendo as seguintes as Comissões, conforme foi por ela comunicado aos serviços da Assembleia, e mantendo-se, no restante, a composição anteriormente aprovada:

3ª Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida

5ª Comissão de Cidadania, Habitação e Ação Social

6ª Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Composição atualizada das Comissões Permanentes:

1ª - Administração e Finanças

Âmbito de ação: Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos, Património, Recursos Humanos, Descentralização de Competências;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 CDS-PP, DM Ind Carlos Guedes.

Presidente da Comissão – Indicado pelo PS

Secretário da Comissão – Indicado pelo PSD

2ª - Educação, Cultura, Juventude e Desporto

Âmbito de ação: Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Movimento Associativo

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

Presidente da Comissão – Indicado pela CDU

Secretário da Comissão – Indicado pelo PS

3ª - Ambiente e Qualidade de Vida

Âmbito de ação: Ambiente, Espaços Verdes, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico, Direitos dos animais;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 DM Ind Sílvia Sousa

Presidente da Comissão – Indicado pelo PS

Secretário da Comissão – Indicado pelo PAN



4ª - Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico

Âmbito de ação: Urbanismo, Espaço Público, Acompanhamento do PDM, Turismo, Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Económico;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE

Presidente da Comissão – Indicado pelo PSD

Secretário da Comissão – Indicado pelo BE

5ª Cidadania, Habitação e Ação Social

Âmbito de ação: Questões Sociais, Saúde, Serviços Públicos, Habitação Social, Orçamento Participativo, Modernização Administrativa, Coesão Social, Igualdade de Género;

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, DM Ind Carlos Guedes, DM Ind Sílvia Sousa.

Presidente da Comissão – Indicado pela CDU

Secretário da Comissão – Indicado pelo CDS-PP

6ª - Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Âmbito de ação: Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade

Composição: 3 CDU, 3 PS, 2 PSD, 2 BE, 1 PAN, 1 CDS-PP, DM Ind Carlos Guedes, DM Ind Sílvia Sousa.

Presidente da Comissão – Indicado pelo BE

Secretário da Comissão – Indicado pela CDU

7.3.3.1 – A proposta de alteração à Grelha de Tempos do Regimento da Assembleia Municipal foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito do PAN, 1 abstenção da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 1 voto contra do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind), através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da al. a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 98 do Regimento, e tendo em conta a necessidade de alterar as grelhas de tempos em consequência de existirem dois Deputados Municipais independentes, conforme foi entendimento da Conferência de Representantes na sua reunião de dia 6/2/2020, delibera alterar a grelha de tempos, nos seguintes termos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	Ind.	TOTAL	CMA	TOTAL
A	6	4	12	4	12	6	2	2	48	12	60
Reforço	4	3	7	3	7	4	1	1	30	-	30

2. Período de intervenção do Público

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	Ind.	TOTAL	CMA	TOTAL
B	3	2	4	2	4	3	2	2	22	12	34



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3. Período da Ordem do Dia

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	Ind.	TOTAL	CMA(IC)	TOTAL(IC)	CMA(IA)	TOTAL(IA)
C	4	2	5	2	5	4	2	2	26	16	42	6	32
D	5	3	6	3	6	5	2	2	32	17	49	7	39
E	7	4	9	4	9	7	3	3	46	18	64	10	56
F	8	5	10	5	10	8	3	3	52	20	72	12	64
G	10	6	14	6	14	11	4	4	69	23	92	15	84
H	12	7	17	7	17	13	4	4	81	26	107	20	101
I	13	8	20	8	20	15	5	5	94	30	124	23	117
J	16	9	25	9	25	18	6	6	114	35	149	26	140
L	18	10	27	10	27	20	6	6	124	40	164	30	154
M	23	11	33	11	33	25	7	7	150	45	195	35	185
N	25	12	37	12	37	28	8	8	167	50	217	40	207

IC – Iniciativa da Câmara Municipal

IA – Iniciativa da Assembleia Municipal

7.4 – Entrou-se no ponto 3.5 da Ordem do Dia relativa a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

7.4.1 – Para apresentar a informação usou da palavra a Senhora presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O início de um novo ano é sempre um tempo de balanço, de análise do bem que foi feito e do que é ainda possível melhorar e do que se deseja para o ano vindouro. É também um tempo de começarmos a cimentar dia a dia a estratégia que foi pensada e definida para 2020, tendo sempre presente aquilo que são os compromissos assumidos e a visão que temos para Almada.

É assim nesta tónica que oscila entre a obra feita e o que está ainda a nascer e por fazer, que aqui estou neste palco democrático enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, a apresentar as linhas gerais da atividade municipal de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

Foram dois meses de um intenso trabalho em várias frentes, desde a parte cultural, social, habitacional, educativa e ambiental, sem esquecer a cidadania e a inclusão, dois valores tão importantes nos dias de hoje.

Dezembro começou com a nossa programação do “Feliz Almada”, que ofereceu vários presentes de forma de espetáculos exclusivos e inéditos, e não vou aqui relembrá-los todos, mas certamente muitos de vós lembrarão, desde a presença da Ana Bola, do Gregório Duvivier, do Miguel Esteves Cardoso, da Aldina Duarte, do António Zambujo, todos esses espetáculos encheram a cada evento a nossa tenda e a dizer a alegria que é ver tantos almadenses afluírem a esta atividade.

Essa tenda também serviu para palco do espetáculo infantil que foi oferecido a mais de doze mil alunos que por ali passaram.

Na praça São João batista, os almadenses tiveram também a oportunidade de viver o espírito Natalício, através das várias e inéditas atrações que deram cor e alegria a esse espaço, muitas das vezes pela primeira vez, a famosa pista de gelo. Isto sem esquecer o tradicional “Mercado Amigo da Terra”, que na sua 16ª edição continua a endereçar o tão importante convite de viver o Natal de uma forma cada vez mais sustentável.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No último dia do ano, Cacilhas encheu-se para ver os concertos da Ana Bacalhau e do Boss AC e assistir ao fogo de artifício que já é uma referência.

O penúltimo dia de 2019, foi igualmente marcado pela cerimónia onde foram assinados protocolos com mais de vinte instituições nas áreas da Intervenção Social, Cultural e Desportiva. Nesse mesmo dia e a propósito do Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, foram atribuídos pela Câmara Municipal de Almada, mais de 255.000.00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros), distribuídos por cinquenta entidades das áreas da cultura, desporto, educação e juventude, assim como intervenção social. E já antes, nesse mesmo mês, tinham sido aprovadas as condições de participação para 2020, de um apoio à criação teatral, e “Mostra de Teatro de Almada 2020”, que prevê a atribuição de um valor total de 88.000.00€ (oitenta e oito mil euros). Permitam-me que faça aqui um pequeno parentese, é importante e era um compromisso da nossa parte, poder atribuir os apoios do ano vindouro, a tempo de todas estas instituições, sejam elas culturais, desportivas ou sociais, saberem exatamente, com que apoios é que contam no ano de 2020. Todos os anos tínhamos esta questão, que as instituições queriam poder planificar as suas atividades, mas não sabiam exatamente com que montantes podiam contar. É, pois, com grande satisfação, que foi possível ainda fazer no final de 2019, a atribuição destes apoios para 2020, até obviamente, a abertura da 2ª edição dos apoios no âmbito do Regulamento dos Apoios Públicos.

Este é um pequeno exemplo que a Câmara Municipal de Almada, continua e continuará a apoiar e estimular, a vitalidade do nosso Movimento Associativo. Criando também condições para uma melhor e mais adequada gestão e apoiá-los justamente, naquilo que é tão essencial para todas estas instituições que é a planificação. Com regras e transparência, que permitam não só uma maior equidade na atribuição destes subsídios, mas também um reforço de quem faz um trabalho tão meritório em tantas e diversas áreas.

Na mesma cerimónia foi entregue o “Prémio de Investigação Cidade de Almada”, a Raquel Viveiros e Teresa Casimiro, pelo seu projeto PureCleanMIP - de Produção Limpa de Anticorpos Plásticos, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da NOVA.

Estes dois meses foram também marcados por outras distinções que valorizaram o bom trabalho, as boas ideias, mas também o voluntarismo e a coragem de quem faz do uterismo a sua missão de vida. Refiro-me por exemplo, ao evento de Homenagem ao Bombeiro, onde as medalhas e insígnias municipais de ouro, prata e bronze, foram entregues a dezanove Bombeiros e Bombeiras, pelos distintos e brilhantes serviços prestados nos quais os almadenses tanto confiam.

E porque o futuro deve ser construído através do reforço e da valorização das ideias dos demais jovens, dezembro foi também o mês onde distinguimos o mérito académico de quarenta e seis jovens estudantes almadenses, que concluíram o Ensino Secundário no ano letivo de 2018 e 2019, e onde atribuímos os prémios do concurso “Jovens Talentos”. Ambas as iniciativas demonstraram que podemos estar confiantes no futuro, pois as novas gerações demonstram-no todos os dias que o espírito empreendedor e pujante que tanto caracteriza Almada, terá a melhor continuidade. E para tal é necessário dar-lhes cada vez mais e melhores condições, com a assinatura do protocolo assinado entre a Universidade Nova de Lisboa e as Infraestruturas de Portugal a trinta de janeiro, onde preveem a construção no Pragal, na área envolvente à estação de comboios, de uma residência para estudantes com capacidade para duzentas e quarenta camas, é mais um sinal muito positivo e sobretudo um sinal do nosso empenho, em criar condições e reforçar aquela que é a nossa comunidade estudantil e académica.

Já este ano a Câmara Municipal de Almada e também já aqui foi referido, já foi galardoada pelo “Prémio Arco-íris”, também aqui reconhecendo o esforço que o Município tem feito na luta pela igualdade.

Uma vitória que é de assinalar e que deve reforçar o nosso trabalho para garantir que todos, independentemente da sua idade, género, raça ou orientação sexual, têm exatamente os mesmos direitos, a mesma igualdade de oportunidades.

E já que falamos em igualdade, não posso deixar de referir as obras de requalificação da Casa da Cerca e o desenho de novos percursos mais acessíveis para todos. Hoje este Centro de Arte Contemporânea, é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

verdadeiramente mais acessível, graças às obras que foram realizadas, tendo sido já possível a todos os almadenses visitar as quatro novas exposições que estriaram nestes dois meses.

Ao nível ambiental, lançamos também as “Sextas-feiras pelo futuro” ambiental e da educação porque foi uma articulação conjunta, um projeto educativo que irá a partir das escolas, mobilizar toda a população em ações de reflorestação do Concelho, educando e agindo para a regeneração do território.

Foi igualmente aprovado e é hoje trazido aqui a esta Assembleia Municipal, o Regulamento que estabelece a designação, organização e funcionamento do Provedor Municipal dos Animais de Almada e sobre o qual iremos a falar a seguir, pelo que não me vou alongar. No entanto, acreditamos que esta criação do Provedor do Animal, irá em muito contribuir para uma ainda maior articulação, entre aquilo que são os serviços municipais veterinários e aquilo que é a sociedade civil, que tanta ajuda nos traz e que tanto apoio dá aos animais. É um claro passo em frente numa sociedade que se quer cada vez mais consciente dos direitos dos nossos animais.

Outro dos regulamentos que neste período entrou em vigor e que tanta diferença fará na vida de muitos almadenses, é sem dúvida o Habit’Almada, o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação.

Hoje temos num único documento, normas, critérios, procedimentos, no âmbito de atribuição de habitações municipais, que revelam respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos. Como sempre temos referido, o tema da habitação é extremamente sensível aqui neste Concelho. Pelo que este instrumento que ajudará a garantir a equidade e a justiça social, é mais um passo essencial para situações que todos nós sabemos que são muitas vezes dramáticas.

A um outro nível, mas complementar, julgo que se impõe um olhar sobre as diversas obras visíveis em todo o Concelho. Requalificar, valorizar, dar aos almadenses mais qualidade de vida.

Estes são os grandes objetivos de todas as intervenções que estamos neste momento a realizar no nosso território. A requalificação do Jardim da Nossa Senhora da Piedade, na Cova da Piedade, que está quase, quase a terminar; a intervenção na avenida da Liberdade na Trafaria; a requalificação do Presidio da Trafaria; as rotundas na Estrada da Carcereira e Quinta de Cima, na Charneca de Caparica; a requalificação da rotunda da praça Comandante José Brás; a requalificação da zona do Caramujo Romeira. Ou as mais recentes que se iniciaram durante este período, como a intervenção na avenida 23 de Julho, na Cova da Piedade; a requalificação do Campo Soares dos Reis que irá ter um novo parque infantil e a já prevista reabilitação do Parque urbano Comandante Júlio Ferraz, pelo que aqueles que se encantavam pela relva depois da tenda, penso que já estarão mais descansados.

Entre muitas outras intervenções já terminadas ou previstas para arrancar nos próximos meses, como a rua dos Pescadores, do qual o procedimento já foi lançado e que foi dado a conhecer, aliás, à população; a reabilitação da Estrada Nacional ex 377, para a qual também já estamos a finalizar o acordo ou a Estrada Florestal que, matéria essencial sobre a qual também já estamos a trabalhar ao nível dos projetos.

Com todas estas obras consubstanciam a nossa visão para apostar em políticas sociais a mesmo tempo que melhoramos o espaço público. Acreditamos sinceramente que os resultados são visíveis e que os almadenses, que aliás, os primem, e quero agradecer, reconhecem o trabalho realizado ao longo destes dois anos de mandato. E já que estamos no início de 2020, já o fiz hoje, mas não posso deixar de volta a reproduzir, gostaria de deixar aqui uma mensagem muito clara em forma de desejo. Sabemos que não conseguiremos resolver todos os problemas, alguns deles estruturais neste mandato, mas estamos empenhados em trabalhar em várias frentes, seguindo aquilo que são para nós e para os almadenses, as nossas grandes prioridades. E sobretudo voltamos a reafirmar aquele que é o nosso compromisso. Há muito por fazer, sem dúvida, mas as coisas não se resolvem não se começando e ficando-nos apenas a lamentar o muito que há para fazer. Desde o primeiro dia deste mandato, o importante foi começar a fazer e aos poucos, haveremos de conseguir ultrapassar as maiores dificuldades. E é com este espírito enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, que faço votos para que todos, sem exceção, elevemos o discurso e a atuação política para criarmos pontos de convergência que certamente terão como principais beneficiários, os almadenses. Podemos concordar numas áreas e discordar em outras, algo normal num sistema que é caracterizado pela pluralidade de ideias e visões, algo que está na



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

base da democracia. Mas do debate político, devem nascer respostas reais, concretas e sobretudo construtivas para aquilo que deve ser o objetivo último de cada um de nós eleitos democraticamente. Trabalhar para o interesse público e para honrar os compromissos que assumimos com os almadenses. E nesse sentido, Senhores/as Deputados/as Municipais, contem com este executivo para alicerçar essas pontes de diálogo e confluência tão essenciais para tornarmos Almada cada vez mais um sítio melhor para se viver, visitar, trabalhar, investir, estar.

Apenas mais duas notas finais.

Em primeiro lugar, quero reforçar o meu agradecimento a todos/as os trabalhadores/as, funcionários/as da Câmara Municipal de Almada, pelo seu valioso trabalho e compromisso, sem os quais não teríamos tantas conquistas e não poderíamos ter avançado já tanto. Sabemos que estamos a viver um período de mudanças, de alteração muitas vezes de novas perspetivas, e quero deixar aqui o meu agradecimento público a todos aqueles que sabem que nunca perdem de vista o propósito último do serviço público. Servir os almadenses.

Quero deixar aqui também, uma palavra muito especial, a todos e todas Deputados/as Municipais para um excelente ano de 2020, dizer que é um gosto estar aqui convosco, dizer e penso que já o disse anteriormente, que se há coisa que gosto é do debate político. Não tenho medo pelo contrário, acho estimulante. Da mesma forma que já disse anteriormente, acho que é deste confronto saudável e democrático, que surgem as grandes ideias e as grandes soluções. Saibamos todos fazer deste debate que se exerce aqui nesta Assembleia Municipal, algo de construtivo para os almadenses. Contem connosco para estar ao vosso lado, naquilo que é também, estou certa, as vossas melhores intenções para este território e para dar corpo diariamente a esta ambição que todos partilhamos.”

7.4.2 – Na discussão usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Henrique Margarido (PS), André Macedo (PS), Inês Bom (BE), Ana Marques Salvado (PS), Artur Alfama (PAN), Sílvia Sousa (Ind). Usaram também da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda silveira e a Senhora presidente da Câmara.

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto da ordem de trabalhos, a CDU dirige quatro perguntas muito objetivas e diretas à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Sobre o serviço público de transporte rodoviário na área do Concelho de Almada, perguntamos o que pode a Senhora Presidente da Câmara Municipal informar-nos sobre as iniciativas e ações concretas desenvolvidas pela Câmara Municipal, e pela Senhora Presidente ela própria, no sentido de exigir a reposição integral das carreiras e dos horários eliminados por decisão unilateral dos TST – Transportes Sul do Tejo, no início deste mês de fevereiro, lembrando aqui a expressão de indignação face aquela decisão que a Senhora Presidente expressou na reunião do passado dia 3 de fevereiro na Câmara Municipal.

Segunda questão. Considerando a notícia de encerramento das piscinas municipais do Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, recentemente divulgada pela Câmara Municipal, perguntamos quais as medidas tomadas pela Autarquia, no sentido de assegurar as necessárias intervenções de manutenção das outras piscinas municipais, para onde os utentes daquelas foram encaminhados, tendo em conta a natural sobrecarga destes equipamentos em função do encerramento das piscinas do Feijó?

A terceira questão, prende-se com a recente divulgação da decisão do pagamento de subsídio de férias apenas em junho de cada ano, a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, e não como tem acontecido até ao presente, assegurando o pagamento do subsídio no mês anterior ao gozo efetivo das férias, mediante requerimento do trabalhador e comum acordo com os serviços e desde que fosse gozado um período mínimo de onze dias de férias uteis. Perguntamos por isso, porque razão a Câmara Municipal sentiu necessidade de solicitar um parecer sobre esta matéria à CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo, porque sendo naturalmente matéria do interesse dos trabalhadores que solicitam a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

antecipação das férias e o pagamento do respetivo subsídio de férias a que têm direito, muitos até utilizam o dinheiro do subsídio para saldar compromissos financeiros da sua vida particular, é também interessante do ponto de vista da gestão dos serviços municipais, a possibilidade do gozo repartido das férias pelos trabalhadores, já que naturalmente não será comportável para os serviços que os trabalhadores gozem férias todos ao mesmo tempo em junho. Pelo que perguntamos por que razão se pretende abandonar uma gestão flexível desta matéria, como vem acontecendo desde há largos anos.

A última questão, é sobre o novo aeroporto de Lisboa o anunciado novo Aeroporto de Lisboa. Ao Grupo Municipal da CDU, têm chegado diversas informações sobre uma declaração pública que a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada terá produzido, sobre a emissão de um parecer do Município de Almada, relativo à construção do novo Aeroporto de Lisboa, no Montijo. Perguntamos se a Senhora Presidente de Câmara Municipal confirma, que foi que foi elaborado e entregue algum parecer sobre esta matéria? Em caso afirmativo, a CDU requer desde já e formalmente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que solicite à Senhora Presidente da Câmara Municipal o fornecimento ao Grupo Municipal da CDU, no prazo mais curto possível, do conteúdo desse parecer.”

7.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto da ordem de trabalhos, o CDS-PP, deixa aqui duas considerações e também chama atenção para uma questão.

Primeiro do que tudo, Senhora Presidente da Câmara, apenas para informar que o CDS-PP, e porque provavelmente neste momento a Senhora Presidente não terá essa informação, e já vai verificar porquê, tem a ver com responsabilidade do Ministério da Educação, são as obras que estão a ser realizadas na Escola Secundária do Monte de Caparica. Tem a ver com a remoção do telhado desse mesmo estabelecimento de ensino. Mas Senhora Presidente, essa questão será feita através de um requerimento que o CDS-PP fará chegar à Câmara Municipal.

Entrando na Atividade Municipal e que a Senhora Presidente teve a oportunidade de explanar, saudar a criação da residência para estudantes, e que é uma das reivindicações há muito por parte do CDS-PP, nomeadamente por parte da Juventude Popular, que tem insistentemente ao longo de bastantes anos, inclusivamente em outros mandatos também aqui em Almada, pugnado para que esta residência seja uma realidade no Concelho de Almada, e saudar a iniciativa por parte da Câmara Municipal, porque com certeza vai ajudar bastantes estudantes que queiram vir para o Concelho, praticar os seus estudos.

Depois Senhora Presidente, aproveito também esta questão da residência dos estudantes, se calhar seria útil também começar, sabemos que os recursos são escassos, não são infinitos, mas se calhar deixamos aqui o repto, pensarmos também em lançar a residência para os Professores. E sabemos o estado dos Professores nestas alturas, nomeadamente nas alturas para a recolocação, muitos deles são deslocados e veem-se também nesta dificuldade em fixarem-se, muitas vezes devido a esta situação de não terem condições para se fixarem em determinados Concelhos, neste caso estamos a falar do Concelho de Almada. Deixamos aqui o repto para que possamos pensar também para a frente, na criação da residência para Professores.

Depois ainda aqui na questão da Atividade Municipal e queremos também saudar na parte da política social, e falo relativamente ao Comissariado para o aproveitamento alimentar, e posso dizer que no que diz respeito a este comissariado, já se encontram congregadas na colaboração face a esta temática várias entidades como sejam a FAU, a REFOOD, a ASAE, ARESP, a FIPA, o Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, a APED e a FENIX, para além de várias outras instituições sedeadas no Município. Aproveitamos para saudar também o trabalho da Câmara Municipal nesta matéria.

E posso acrescentar que exemplos dessa colaboração foram patentes nas primeiras jornadas de trabalho do comissariado, que contaram com a presença da ASAE e da ARESP enquanto palestrantes, numa sessão aberta na qual foram abordados aspetos extremamente pertinentes relativos ao aproveitamento alimentar, apelando ao seu fomento e paralelamente à redução do desperdício. Na mesma linha estão a intervenção do Comissariado



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da iniciativa de oferta de bolos reis aos funcionários/as da Câmara Municipal. À disponibilização dos cedentes dessa iniciativa APPACDM a ACDM ou com a colaboração da ARESP no Workshop “Como reduzir o desperdício alimentar”, que teve lugar a 30 de janeiro deste ano, no Núcleo Empresarial de ALMADAVELHA. Temos conhecimento também relativamente ao Plano de Atividades para 2020 deste Comissariado da Câmara Municipal, para além da replicação de iniciativas com o mesmo cariz, estão a avaliação outras propostas, algumas delas absolutamente inéditas que acolheram a aprovação e contribuirão decididamente para o sucesso deste programa. Da mesma forma, é objetivo do Comissariado, alargar a rede de entidades dispostas a colaborar na dinamização desta área quer a nível externo no Concelho, quer também com entidades locais.

Para terminar, lembrar que o trabalho com vista ao aproveitamento alimentar, nasce das associações e organizações através do seu empenho e capacidade de mobilização, nomeadamente, na tentativa de concentração de esforços de diferentes entidades públicas e privadas, que no terreno ajudam as famílias mais carenciadas, no exemplar exercício de cidadania e responsabilidade social.

E termino, esse trabalho das instituições que estão no terreno, deve ser valorizado e apoiado, fornecendo as condições necessárias, para que um maior número de pessoas carenciadas, seja abrangida neste tipo de ajuda, por forma a que a rede existente cresça de forma sustentada, alargando o seu perímetro de ação a todo o Concelho de Almada.”

7.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dentro da promoção e atividade desportiva desencadeada no período em análise, destacamos, entre várias iniciativas, as seguintes:

No Desporto Inclusivo e no âmbito do Programa Municipal de Atividade Física e Desportiva “Special Ludus” cujo objetivo visa incluir pessoas com necessidades especiais na prática da atividade desportiva, realizaram-se reuniões com as entidades parceiras do programa, para análise e preparação da época 2019/2020, nomeadamente com a Associação Almadense Rumo ao Futuro; Almasã – Externato Zazzo; GIRA; APPACDM; CERCISA e APCAS.

No Desporto Saúde, deu-se cumprimento do Programa “Diabetes em Movimento Almada”.

No Desporto nas Escolas, e no âmbito da implementação do Programa Municipal de Desenvolvimento do Xadrez – PDX alargado às escolas procedeu-se ao apoio técnico e logístico às escolas do Concelho, com a realização de aulas e competições, envolvendo cerca de 350 alunos e respetivos professores.

Igualmente procedeu-se à implementação deste programa municipal (PDX) na área do ensino especial, junto de quatro instituições do Concelho: GIRA; Associação Almadense Rumo ao Futuro; AlmaSã – Externato Zazzo e APPACDM,

Na promoção de grandes eventos desportivos: foi apoiada a Prova da “IV São Silvestre de Almada”.

No âmbito da utilização dos Equipamentos Municipais Desportivos foi dada prossecução aos Programas Municipais de Atividade Física e Desporto, destacando-se:

- O Programa de Adaptação ao Meio Aquático no primeiro ciclo do ensino básico, nas 4 piscinas municipais.
- O Programa Municipal “Alma Sénior” com a realização de aulas de hidroginástica e natação;

No âmbito do apoio à realização de projetos/eventos que promovam a participação dos cidadãos e a divulgação dos estilos de vida saudáveis

- a) Protocolo com a Unidade Cuidados Continuados de Almada, com a realização de Cursos de Preparação para a Parentalidade;
- b) Protocolo com a Escola Secundária Daniel Sampaio, com uma turma de ensino Especial a frequentar nas nossas instalações da câmara (piscinas)



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No âmbito da oferta e acesso à utilização dos equipamentos municipais desportivos a várias entidades (associações, clubes e federações) foi dado acolhimento entre outras:

No Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada:

- Festa de Natal da Escola Básica da Cova da Piedade;
- Festa de Natal do Centro Comunitário do Laranjeiro/Feijó;
- Taça AGDS realizada pela Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal;
- Open Cadetes e da 1.ª Jornada Juventude da Associação Distrital de Judo de Setúbal;
- Sarau Temático do Clube de Ginástica de Almada;
- Sarau de Natal do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro.
- Sarau de Natal da Sociedade Recreativa do Bairro da Bela Vista.

No âmbito das Obras Municipais foram executadas na integra:

1- Por empreitada:

- a. Empreitada na “Casa da Cerca – Acessibilidades – Rua da Cerca”;
- b. Empreitada de construção de reentrâncias, colocação de estruturas para contentores de superfície e instalação de contentores enterradas;
- c. Ligação da Rua António Nobre ao parque de estacionamento dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas;
- d. Empreitada de reparações da cobertura do Mercado da Charneca da Caparica.

2- Por Administração direta:

- a. Conservação, valorização do espaço público incluindo toda a componente infraestrutural, arruamentos, iluminação, segurança e elementos verdes, conservação e qualificação da rede viária e de arruamentos e designadamente dos eixos fundamentais municipais.

Por tudo isto, saúdo a CMA e continuação do bom trabalho em prol dos Almadenses.”

7.4.2.4 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente à Informação da Atividade que apresentou, nós gostaríamos de destacar diversas áreas, vou começar e já não é a primeira vez, gostamos de realçar em todas as Assembleia Municipais de facto, tem suscitado evoluções, Na questão da limpeza urbana, mais uma vez aqui a atividade que nos apresenta são bons números na recolha dos resíduos urbanos, na recolha dos monos, aliás, os números que apresenta relativamente ao apoio que dá às Juntas de Freguesia também são notáveis, muitas vezes pela avaria dos seus equipamentos. A Câmara Municipal tem estado pronta a responder às suas dificuldades, o que é notável neste caso. Portanto, assinalar primeiro este facto.

No segundo ponto, ainda relativamente à limpeza urbana, gostaríamos de destacar o novo Sistema Inteligente de Gestão de Resíduos no âmbito do Smart Cities, que a Câmara Municipal estará a implementar, estamos a falar de um sistema que é para ser instalado em cerca de dezassete viaturas da frota da Divisão da Limpeza Urbana e de facto este sistema irá permitir reduzir bastante os custos, quer com combustível dos veículos, quer com o pessoal e também aumentar a eficiência na recolha dos resíduos e também dar uma melhor resposta às necessidades das zonas que reúnam mais resíduos e portanto é de salientar a implementação desta melhoria.

Também gostaríamos de destacar a instalação das novas quarenta e cinco ilhas ecológicas. Que vai abrir concurso para a instalação das novas quarenta e cinco ilhas ecológicas na zona da Costa da Caparica, em Almada e ainda também ressaltar novamente o investimento em mais frotas de limpeza com vista a substituir a frota obsoleta que o executivo anterior nos deixou.

Relativamente aos espaços verdes, gostaríamos de frisar também e saudar que estão a ser feitos estudos para que sejam criados novos parques urbanos, nomeadamente o de Vale Flores e da Quinta do Porfírio e também destacar o início da execução da obra para o novo Parque Urbano da Vila Nova da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à educação e sensibilização ambiental, gostaríamos também de assinalar aqui, a candidatura que a Câmara Municipal está a fazer ao evento do Mercado de Natal. De facto, o Mercado de Natal, foi um evento que se destacou pela sua dinâmica e de utilização de equipamentos recicláveis, nomeadamente dos pratos e todos os utensílios utilizados serem descartáveis e biodegradáveis e, portanto, mais um evento amigo do ambiente, como tem sido tradição por este executivo.

Relativamente à juventude. É um ponto que ainda vamos abordar talvez no próximo dia desta Sessão da Assembleia Municipal, mas destacar a proposta que vai ser apresentada do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, de facto, é uma luta que tem sido feita durante décadas, anos, pelo movimento associativo jovem e também pelos movimentos políticos jovens. No nosso caso gostaríamos de assinalar que a Juventude Socialista se bate há muitos anos pela criação do Conselho Municipal de Juventude, e os seus antecessores, presidentes Maria Emília e Joaquim Judas, sempre fizeram tabua rasa deste assunto, finalmente vamos ter um Conselho Municipal da Juventude, que funciona aqui em Almada o que é muito positivo.

Por fim, destacar ainda na área da integração social, a iniciativa “Cuidar de quem cuida”, o projeto que está a ser realizado ainda numa primeira versão, uma versão preliminar, do Plano Municipal de Apoio ao Cuidador Informal. De facto, Almada é um Concelho que também tem um aumento da taxa de envelhecimento, e neste aspeto, achamos que é muito importante para dar resposta quer a situações de doença prolongada, incapacitações físicas, apoio a idosos, de facto, aqui este plano que está a ser delineado da Câmara Municipal, demonstra que a Câmara Municipal está atenta a uma das grandes vulnerabilidades do nosso Concelho e, portanto, manifestar aqui o nosso apoio e total compreensão.”

7.4.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, o Bloco de Esquerda folga em saber que se encontra motivada para dar resposta aos problemas dos almadenses. A verdade, é que, dos problemas estruturantes que Almada sofre há muito tempo como a habitação e os transportes, não se têm verificado melhorias significativas. E é exatamente sobre transportes que quero começar por falar.

Os Transportes Sul do Tejo, continuam a dar respostas muito insuficientes, quer ao nível de horários, carreiras, quer ao nível da frota que se encontra cada vez mais degradada, e recentemente protagonizaram inclusive, um triste episódio de tentativa de supressão de carreiras que obviamente revoltou a população e, portanto, rapidamente tiveram de repor. Mas, sobre os TST já sabemos que a Senhora Presidente de Câmara nos vai responder que foi lançado o concurso para a Carris Metropolitana e que, portanto, não nos resta senão esperar. Mas os transportes em Almada, não são só os TST. Sobre a Transtejo, o Governo tinha lançado um concurso de aquisição de barcos que tanta falta fazem e que, entretanto, foi anulado, parece que há um novo procedimento para comprar barcos elétricos, mas não sabemos bem em que pé estão as coisas e a realidade é que vem atrasar ainda mais um processo que é urgente para todas as pessoas que diariamente necessitam deste transporte para se deslocarem para o seu trabalho.

A Fertagus está caótica, completamente sobrelotada e quem mais sofre com isso são os almadenses porque, visto que a última paragem antes de Lisboa é o Pragal, as pessoas que querem entrar no comboio e muitas das vezes vem cheio, e não conseguem ou entram tipo sardinha enlatada sem condições nenhuma. O Governo decidiu prolongar a PPP – Parceria Público-Privada da Fertagus. O Bloco de Esquerda obviamente opôs-se, mas a Câmara Municipal pelos vistos, parece concordar porque tem rejeitado as moções do Bloco de Esquerda sobre este aspeto e, portanto, quero perguntar se sobre a Transtejo e a Fertagus, pretendem fazer algum tipo de questão ao Governo, se estão por dentro daquilo que se pretende ou do que o Governo pretende fazer no sentido de melhorar estes transportes, ou se não, se concordam, continuam a concordar, com a visão que o Governo tem tido de oferta de transportes públicos à população almadense?

Por fim, o Metro Sul do Tejo. Este transporte continua com os mesmos problemas há muitos anos, seja em termos do barulho, os atrasos ou as interrupções constantes na linha, e, portanto, impõe-se perguntar também se a Câmara Municipal está satisfeita com o serviço que o Metro continua a prestar às populações e se algum



dia pretende concluir as fases de expansão da linha que estão previstas há tanto tempo e que tanta falta fazem às populações.

Mudando agora um pouco o tema. Queria falar sobre a Instituição Zazzo Almasã, que é atualmente o único centro de apoio à vida independente do Concelho de Almada, e que se encontra neste momento numa situação muito delicada por falta de apoios e degradação das suas instalações. Na sequência do reconhecimento desta situação pela Câmara Municipal, penso eu, a Câmara Municipal propôs a esta Instituição que escolhesse um de seis terrenos, para que pudesse então construir uma nova instalação. Pelo que sei o Zazzo escolheu efetivamente um terreno no Alto do Índio, mas dizem que depois disso a Câmara Municipal terá recuado na sua proposta numa reunião posterior, e, portanto, neste momento a Instituição não tem nenhuma solução em vista, isto é ainda mais dramático não só pelo edificado em si, como porque para se candidatar a Fundos Europeus, esta Instituição precisa de uma solução de terreno e as candidaturas aos Fundos Europeus terminam no final de março e, portanto, era importante a Câmara Municipal dar uma resposta rápida a esta Associação que presta um serviço muito importante a estas pessoas.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda tem recebido vários contactos por parte de encarregados de educação da Escola Maria Rosa Colaço. Esta Escola alberga duzentos alunos, e foi submetida por iniciativa da Câmara Municipal, a obras de melhoramento e ampliação, que se iniciaram em janeiro de 2019. No projeto da Câmara Municipal, estas obras era suposto terminarem em junho de 2019 e não só não foram concluídas, como atualmente quase em março de 2020, as obras estão paradas, os encarregados de educação não têm uma resposta, a Câmara Municipal não lhes deu nenhuma informação sobre novos prazos e a situação é um pouco dramática, porque estas duzentas crianças estão a estudar na Escola do Chegadinho, que já é uma Escola de si com muitos problemas de instalações, muito degradada e que precisa ela própria de obras e, portanto, estão quatrocentas crianças numa escola sem condições e é preciso saber o que é que se passa, porque é que a obra está parada, quando é que tencionam recomeçar a obra. É preciso dar uma resposta rápida aos encarregados de educação e tanto da Escola do Chegadinho como da Escola Maria Rosa Colaço.

Por último, temos tido ainda a informação por parte dos encarregados de educação da Escola Básica e Jardim de Infância da Cova da Piedade, que as condições desta escola se degradaram muito nos últimos meses. Os encarregados de educação queixam-se de um insuportável cheiro a mofo, de ratos dentro da escola, de ratoeiras à vista e à mão das crianças e de falta de vigilância por falta de auxiliares. E, portanto, é também preciso perceber o que é que se está a passar e rapidamente, porque é uma situação que obviamente põe em risco a saúde das crianças.”

7.4.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A propósito do ponto que estamos a discutir queria fazer duas anotações sobre dois assuntos que já foram, pelo menos um deles, referidos. Houve uma moção ontem apresentada, e o outro a Senhora Presidente de Câmara fez questão também de o enunciar na sua breve apresentação sobre a Informação da Atividade Municipal.

São dois assuntos que derivam de uma visão sobre a política social em Almada. O primeiro refere-se ao protocolo recentemente assinado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada. Enfim, é uma resposta para um fenómeno relativamente invisível, mas na verdade é que não é um fenómeno novo, os sem abrigo sempre existiram, não sei se infelizmente continuarão a existir, mas aquilo que me faz querer fazer esta referência neste ponto, prende-se com, até uma admiração, pelo facto, de até ao dia de hoje, não ter havido uma resposta para este tipo de fenómeno. Não é certamente porque existe uma estratégia nacional para os sem abrigo, que esta resposta foi conseguida. E foi conseguida numa lógica de parceria que é sempre também de saudar, ou seja, não é necessário encontrar edifícios para conseguir responder a este tipo de fenómenos, é preciso querer fazer, como bem disse a Senhora Presidente de Câmara, há pouco. São seis camas, para um número que Almada provavelmente também nunca teve bem presente de quais seriam efetivamente as necessidades. A minha pergunta a propósito deste assunto, é se virão outras respostas complementares, outras respostas adicionais, uma vez que o assunto passará a ser tratado de outra forma e a ser articulado de outra



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

forma e não da forma tradicional como até aqui era tratado. Obviamente que ele era tratado, tinha uma instituição por detrás, a AMI – Assistência Médica Internacional, que trataria destas questões, mas tendo em conta a gravidade do que está em causa, será certamente a Câmara Municipal o melhor agente no seio da rede social para cuidar deste tipo de assuntos.

A outra questão prende-se com o Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação. É também um tema bastante recorrente, qualquer Município tem muitos regulamentos e tenderá pela própria evolução daquilo que são os assuntos que são geridos enquanto recursos públicos, tenderá sempre a promover uma certa ordenação e uma certa regulação dessa atribuição. Mas este Regulamento é mais do que uma formalização de um processo e de uma forma de se operacionalizar também um assunto que é um assunto demasiado complicado para ter sido gerido como foi até agora. A lógica casuística, é uma lógica que traz muitos conflitos associados, é uma lógica que não dá razão a ninguém, não dá razão a quem protesta, mas também não dá razão ao executivo na forma como faz esta atribuição. Portanto, um regulamento é nesta matéria, alguma coisa que vai trazer transparência a quem concorre, vai dar transparência a quem atribui estes recursos e é um sinal de transparência para todos nós. Podemos ficar a perceber porquê, quantos são, quantos estão em lista de espera e isto é uma lógica totalmente diferente de funcionar para com os cidadãos. Associado a este regulamento, queria perguntar porque isso não está obviamente e não tem de estar de forma bem explicada num relatório desta natureza, mas é por isso que nós fazemos interpelações à Mesa, associado a isto está a haver um levantamento, uma atualização, se não me engano, dos agregados familiares. Esta atualização, este diagnóstico, está ou não está relacionado também com este concurso, para se melhor perceber que fogos é que estarão vagos, para poder assim que o concurso terminar e isso também é uma questão que queria perguntar, o concurso tem prazos, não é um concurso aberto em permanência, o que é que foi feito aos anteriores candidatos do anterior procedimento, se eles tiveram que novamente concorrer e de que forma é que este concurso vai ser atualizado, porque uma das coisas que este regulamento permite e este concurso, é irmos atualizado, suponho eu, quem em determinado momento concorreu? O que é que era feito antigamente? Havia um ficheiro que ia crescendo em linhas e as linhas não pareciam a não ser quando se atribuía um fogo, o que é que acontecia quando esse agregado se calhar já não tinha, já não queria ter acesso a um fogo desta natureza?"

7.4.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaríamos neste ponto de começar por saudar a finalização dos trabalhos de transição com a CNCAP – Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, dos quais é dada conta no Relatório da Informação da Atividade Municipal, é um instrumento fundamental de transparência nas contas do Município. Deixar também uma palavra de apreço aos técnicos, porque sei do trabalho que está envolvido e logicamente gostava de deixar esta nota para começar.

Começar também por outra saudação, saudar também os protocolos que foram celebrados com várias associações de proteção animal durante este período, alertando obviamente para que as responsabilidades do Município permaneçam as mesmas, simplesmente existem mais parceiros que são fundamentais até pelo seu conhecimento no terreno e pela capacidade que têm na ajuda para resolução de problemas que sabemos são e continuam a ser muito graves no nosso Município. Ainda acerca deste tema, e fazendo aqui um bocadinho a ponte com a questão da emergência social e com os espaços de acolhimento temporário que o Município está a disponibilizar, gostaríamos de deixar aqui a questão, para o caso das famílias que tem a seu cargo animais de companhia e que se veem nesta situação, que tipo de resposta é que o Município tem prevista para estas situações?

Depois deixar duas questões. Uma em relação à mobilidade, saber se neste momento existe e em que ponto é que está o plano de ciclovias do Município, porque aquilo que continuamos a ver é que vão servindo para estacionamento, para circulação de bicicletas tem servido muito pouco.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E a outra questão que também vai sendo recorrente, era pedir ao Senhor Vereador que nos fizesse um ponto da situação em relação à questão do centro de bem-estar animal, se houve alguma evolução desde a última sessão e o que é que está previsto nos próximos meses para esta situação.”

7.4.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão Assembleia Municipal de dezembro, eu coloquei aqui treze questões para ser concreta, eram muitas, mas teve que ser porque o tempo era curto, relativamente ao muito recente, à data, o plano aprovado o Plano de Combate às Alterações Climáticas pela AML – Área Metropolitana de Lisboa. Na altura a Senhora Presidente de Câmara disse, e eu também concordo, eram muitas questões e era difícil a resposta naquele momento, até porque havia pouco tempo e porque o plano era muito recente. Portanto, o plano na altura, nessa Assembleia Municipal onde fiz a intervenção, tinha muitos poucos dias. A Senhora Presidente de Câmara também me respondeu na altura e acho que aí concordamos a duas, que não havia a ano zero, relativamente a estas medidas de combate às alterações climáticas que são necessárias implementar. De lá para cá, já tivemos inundações em Coimbra, com roturas de diques, já tivemos inundações na Grã-Bretanha, no fundo, pelo mundo fora, de zelo na Antártida, tivemos na segunda-feira por exemplo e estamos no mês de fevereiro, 28,9º de temperatura na Madeira, portanto, nós percebemos que o clima está de facto a mudar muito rapidamente.

Nessa altura também, a Senhora Presidente de Câmara informou a Assembleia Municipal, que iria ser, de uma forma muito célere, implementado um plano onde constassem medidas concretas para serem aplicadas ao Concelho de Almada. A minha questão é esta: há tradição, desde sempre, neste Município, de sermos um Município de vanguarda nas questões ambientais e nas questões climáticas. A minha questão muito concreta é, porque não consigo retirar da Informação da Atividade Municipal essa informação, se esse plano já está a ser tratado, está a ser pensado, está a ser implementado? E para quando é que o teremos de facto, com possibilidade de ter exequibilidade?”

7.4.2.9– A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar responder brevemente porque ainda temos algum tempo e depois se o Senhor Presidente da Mesa me permitir passarei a palavra aos Senhores/as Vereadores/as se assim o desejarem.

Quero responder rapidamente ao Senhor Deputado Municipal João Galdes. Quanto às carreiras da TST – Transportes Sul do Tejo, para além de termos reunido com a própria Administração dos TST, mal elas foram eliminadas, obviamente também comunicamos e articulamos com a Área Metropolitana de Lisboa, que como sabem é a entidade que gere o contrato com os TST. E, portanto, é sempre um dilema que temos e que já tínhamos e que sempre tivemos. Por um lado, é muito bom poder ter delegado na Área Metropolitana de Lisboa esta gestão. Aliás, os novos concursos também voltamos a delegar, mas por outro lado, nós fizemos pressão aos TST, felizmente tem tido toda a solidariedade da Área Metropolitana de Lisboa e em particular aqui também do Senhor Primeiro Secretário Carlos Humberto, que a toda a hora está disponível. Houve, entretanto, também, uma audição na Área Metropolitana de Lisboa com a nova Administração dos TST, houve negociações, permitiu aliás, a reposição de algumas carreiras e de alguns horários, mas sabemos que somos muitas vezes confrontados e que houve até inclusivamente aqui na Trafaria, houve muita supressão, não é de carreiras, mas de horários. A resposta que nos foi dada sistematicamente, é que, devido ao aumento do serviço que têm tido, estão com uma falta gritante de condutores e, portanto, quando faltam os condutores não conseguem cumprir todos os horários, que não é uma eliminação pura e simples, mas é falta de pessoal por razões várias, não conseguem ter pessoal de substituição, basta que um esteja de baixa, estou a reproduzir aquilo que nos foi transmitido. É esta nota que queria deixar, desde a primeira hora e houve até, nos tempos mais críticos, houve até quase contactos quotidianos, seja com a Administração dos TST ou também articulação com a Área Metropolitana de Lisboa.

Relativamente à questão das piscinas municipais do Complexo Municipal dos Desportos. Eu devo dizer Senhor Deputado Municipal, para nós, a maior das prioridades é poder resolver rapidamente a questão das piscinas pelo que já foi lançado um procedimento de urgência que deve estar a terminar agora, para podermos iniciar



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de imediato as obras, para poder reabrir as piscinas com a instalação do novo ar condicionado. Portanto, Senhor Deputado Municipal, eu entendo a sua questão, e então e as condições das outras piscinas agora para onde as pessoas vão, mas se me permite a nossa preocupação maior é poder abrir quanto antes as piscinas do Feijó e que de facto, estavam numa situação, de umas obras que deveriam ter sido feitas em 2013, que foi aliás quando o teto caiu.

Relativamente ao pagamento do subsídio de férias, não houve nenhuma intenção aqui por parte do executivo. Nós fomos confrontados com uma situação, uma situação algo estranha, que é um trabalhador, uma trabalhadora, não interessa quem, que a certa altura muda de situação, pede para ir para outro sítio, para outra Câmara Municipal e a certa altura se confrontar com o pagamento de dois subsídios de férias. Porquê? Porque já tinha recebido aqui em Almada e recebe conforme a Lei, em junho, que é o que Lei estabelece. Perante essa situação, nós fomos obrigados a pedir um parecer, portanto, não há aqui nenhuma atitude persecutória nem sequer havia uma dúvida antes de sermos confrontados com essa situação, somos obrigadas a pedir um parecer para a resolução dessa questão da antecipação do subsídio de férias e a Lei a resposta foi claríssima. Os acordãos que existem são claríssimos, que o subsídio de férias paga-se em junho, independentemente do mês em que o trabalhador exerce as férias. Nós sabemos que em tempos já houve legislação que permitiu inclusivamente, que os trabalhadores que não fizessem férias no período de verão, eram bonificados com dias acrescidos de férias. E nós estamos absolutamente disponíveis para poder debater essa questão. A única questão é que fomos absolutamente confrontados com aquilo que é a Lei. Eu sei que havia um bocadinho aquela ideia, aqui em Almada, sempre assim, independentemente da Lei. Senhor Deputado Municipal, não é possível, não é possível.

Relativamente ao parecer do aeroporto no Montijo, eu confesso que não percebi muito bem a sua questão, um parecer? Não. A Câmara Municipal de Almada não pediu nenhum parecer sobre o aeroporto do Montijo. A Câmara Municipal de Almada deu a sua opinião sobre o aeroporto do Montijo que na altura todos os Municípios deram.

Agradecer as palavras do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco. Agradecer muito.

A questão do Monte de Caparica, sei que houve vários problemas relativamente à questão do empreiteiro, arrancou depois acho que parou, eu confesso que neste momento não sei se já voltou a arrancar ou não, é uma preocupação maior da nossa parte e sim que estamos a seguir. É uma saga que também tem muito a ver com a situação que estamos a viver e com a falta terrível de empreiteiros neste momento. Sabermos que o Governo lançou vários concursos até encontrar um empreiteiro, é um problema que às vezes ficamos nós, entidades públicas, um bocadinho diminuídos naquela que é a nossa capacidade. E aproveito para responder de imediato à questão da Escola Maria Rosa Colaço, Senhora Deputada Municipal, é uma empreitada de obra que já foi lançada há muito tempo, que tem encontrado diversos problemas, inclusivamente alguns problemas no projeto, problemas com o empreiteiro, os nossos serviços têm estado sistematicamente em contacto, esperemos que não se repita um bocadinho aqueles que foram os problemas da Escola Santa Maria que se demorou muito tempo, quero só dizer que temos estado permanentemente em cima dessa questão, aliás, em negociações também, em conversas e negociações com o empreiteiro na próxima reunião de Câmara já vai haver outra vez, na esperança de que a questão se possa resolver. Há sempre o problema que ele é um concurso público, nós ficamos, nós entidades públicas, todas as entidades públicas às vezes ficam um bocado maniatadas até à situação dos concursos. Sabemos que a resposta tem que ser imediata, não temos margem para fazer a tal resposta imediata que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais pedem, com razão, mas não conseguimos fazer com a brevidade que desejávamos.

Agradecer também as palavras dos Senhores Deputados Municipais Henrique Margarido e André Macedo.

Relativamente às outras questões levantadas, com transportes, já respondi, Transtejo e Fertagus. Deixe-me dizer que, uma das questões importantes assim como se fez um grande avanço para o lançamento dos concursos para a rodoviária, foi também anunciado e é uma reflexão que está em curso, é que a Área Metropolitana de Lisboa, passe a gerir, e é algo que já foi também debatido, que passe a gerir todos os transportes da Área Metropolitana de Lisboa. Todos. Inclusivamente o transporte fluvial. A questão da Fertagus. É outra questão, de facto foi renovado. Eu devo dizer que os índices de satisfação dos clientes com a Fertagus, são muitíssimo altos,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a Fertagus tem feito um esforço enormíssimo para poder responder ao aumento de passageiros, sabemos inclusivamente, também já encomendou novas carruagens, sabemos que há o lado menos bom de uma grande medida, que foi a medida dos passes, trouxe um aumento muito substancial, na procura e todos os operadores privados e públicos estão a tentar adaptar-se.

Relativamente à questão do concurso, sim, teremos em breve aliás, uma reunião marcada com o Senhor Ministro das Infraestruturas, temos uma série de questões que queremos falar com ele, até agora não tivemos nenhuma reunião com ele e, portanto, está agendada para podermos levar uma série de questões.

Relativamente à Zazzo Almasã. Devo dizer que seguimos, estamos a tratar da questão e sabemos da importância desta Instituição.”

7.4.2.10 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar responder às três questões que me foram colocadas.

O espaço de acolhimento temporário, é isso mesmo, é um espaço de acolhimento temporário, é uma resposta pequena, mas é uma resposta fundamental, porque o sufoco que sentíamos quando convencíamos alguém a sair da rua e depois o drama era onde é onde é que o iríamos pôr, resolve. E de facto, temos a parceria a funcionar, temos um utente desde domingo que cumpre todas as regras que foram criadas e com que o espaço funciona, e sairá dentro em breve para uma comunidade terapêutica, portanto, dá este espaço de suporte e de facilitação para se encontrar uma solução para a pessoa. Portanto, relativamente a isto, é evidente que é uma medida temporária, nós temos na calha medidas mais duradouras, temos uma candidatura a inovação social, exatamente no sentido da procura dessas medidas já mais de médio prazo. E no âmbito das medidas protocoladas com a segurança Social, está prevista a abertura de um centro de apoio de emergência social. Há só um no Distrito, o próximo prevê-se que possa ser em Almada, que terá depois cerca de cinquenta camas, que poderão também ajudar a isto. Sabemos que isto está sempre muito ligado à saúde mental e às adições e na saúde mental também estamos já em mãos com propostas que podem fazer aqui respostas de retaguarda.

Relativamente ao Habit’Almada, dizer que o concurso está sempre aberto, são elaboradas listas de três em três meses, são provisórias e vão sendo atualizadas, isto para não impedir que alguém caia numa situação sem habitação fique à espera do fim do prazo para concorrer. Irá para o lugar da lista que a sua situação ditar, tendo em conta os parâmetros que são analisados e dizer-vos que temos tido uma resposta bastante aceitável em nosso entender, mas em fins de março faremos um balanço e é evidente que a lista que existia, que chegamos à conclusão que em muitos casos é redundante, foi contactada e será obviamente “limpa” das pessoas que já estão desinteressadas e será feita uma nova lista provisória que será trimestralmente atualizada.

O processo de regularização de rendas e agregados, é absolutamente fundamental e de suporte, porque já conseguimos em tempo razoável de pesquisa e de lançamento e de pedido, ter regularizados metade dos fogos que tínhamos. Portanto, sabemos, esses que nos responderam estão agora com contratos regularizados e ajustados e os outros receberão segunda convocatória e está já com aviso de receção e as situações serão todas regularizadas e o objetivo não é despejar, o objetivo é perceber o que é que temos e que melhor utilidade podemos dar a todos.”

7.4.2.11 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para em função da confirmação que a Senhora Presidente da Câmara Municipal aqui fez da existência de um parecer sobre a construção do novo aeroporto no Montijo, não ficou muito claro se é um parecer do Município, se é um parecer da Senhora Presidente da Câmara, reiterar o requerimento que dirigi ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal há pouco, de fornecimento do conteúdo desse parecer ao grupo Municipal da CDU.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.4.3 – Na sua intervenção, o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) apresentou um requerimento formal à Câmara Municipal sobre a construção do novo aeroporto de Lisboa no Montijo.

8 – Tendo-se atingido o tempo limite regimental, sendo cerca das 0h 30m, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 9 de março, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, António Matos, Tiago Galveia e Luís Filipe Pereira.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____